



COMITÊS PCJ

Rua Alfredo Guedes, 1949
Edifício Racz Center | Sala | 604

19 3437.2100
13416.901 | Piracicaba - SP | Brasil
se.pcj@agenciaapcj.org.br

www.comitepcj.sp.gov.br

PROCESSO - CETESB

189 / 2013
Fls.: 5612

Piracicaba, 08 de abril de 2016

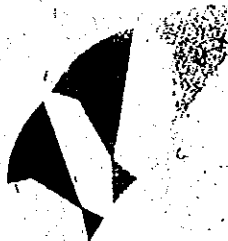
Ofício Comitês PCJ nº. 110/2016

Assunto: Barragens Pedreira e Duas Pontes (Processo IMPACTO 189/2013)

Mustríssimo Senhor:

Em atenção à solicitação contida no OFÍCIO/SUP/0514/2016, de 07/04/2016, considerando que:

- A implantação das barragens Pedreira e Duas Pontes é de suma importância para aumentar a segurança hídrica das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, haja vista que tais mananciais foram elencados no Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ 2010 a 2020, como estratégicos para atendimento das demandas futuras dessas bacias;
- Os usos de solo das bacias contribuintes a esses reservatórios passam a ter papel primordial com vistas às condições de qualidade das águas, devendo ser realizadas ações nesses territórios para garantir a qualidade das águas dos futuros usos dos reservatórios, o que já vem sendo contemplado no atual Plano de Bacias;
- Os Comitês de Bacias, através das atribuições previstas em legislação, dispõem de mecanismos e ferramentas para atingir metas de qualidade, visando os usos múltiplos e o interesse comum e coletivo dos recursos hídricos, que deverão ser somadas às ações do órgão fiscalizador e licenciador ambiental do Governo do Estado de São Paulo;
- Os empreendimentos em questão foram definidos, no capítulo 8.2 do Plano de Bacias, como seções estratégicas para as quais se envidarão esforços, podendo ser disponibilizados os recursos financeiros visando à recuperação da qualidade da água nesses trechos das respectivas bacias, de acordo com projetos a serem apresentados e critérios definidos pelos Comitês PCJ;
- A análise do EIA, pela CETESB, aponta que a implantação das barragens pode intensificar o processo de eutrofização das águas, indicando a necessidade de redução do aporte de nutrientes, em especial o fósforo, prioritariamente nas bacias dos rios Camanducaia e Jaguari; e;
- O Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ se encontra em processo de revisão, cujo plano de trabalho já contempla ações previstas para o controle e redução de nutrientes nas bacias PCJ;



COMITÊS PCJ

Rua Alfredo Guedes, 1949
Edifício Racz Center | Sala | 604

19 3437.2100
13416.901 | Piracicaba - SP | Brasil
se.pcj@agenciapcj.org.br

www.comitepcj.sp.gov.br

PROCESSO - CETESB

189 / 2013

Fis.: 5613

Isto posto, informamos que os Comitês PCJ vem atuando fortemente para implementar todas as diretrizes previstas no Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ 2010-2020, visando garantir uma boa qualidade das águas para usos futuros previstos nesses reservatórios, em especial o abastecimento público.

Portanto, a implementação de um programa de recuperação da qualidade das águas das Bacias dos Rios Camanducaia e Jaguari, deverá incluir as seguintes ações:

- Alocação de recursos financeiros, das Cobranças PCJ (estadual paulista e federal) e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, para subsidiar as ações de melhoria da qualidade das águas;
- Medidas não estruturais que subsidiem o controle das fontes pontuais doméstico e industrial de fósforo;
- Intensificação de ações de recuperação e proteção de mananciais, no âmbito das Políticas dos Comitês PCJ; e,
- Fomento à universalização da coleta e tratamento de esgotos, entre outras.

As ações previstas nesse programa deverão ser detalhadas e apreciadas pelos Plenários dos Comitês PCJ, na forma de deliberação, e encaminhadas para CETESB antes das próximas fases do licenciamento ambiental.

Sem mais, renovamos nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

*Gabriel Ferrão dos Santos
Prefeito Municipal de Piracicaba e
Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL*

Ilmo. Senhor
Ricardo Daruiz Borsari
DD. Superintendente do DAEE
SÃO PAULO - SP



PARECER TÉCNICO

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 346 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc. Est. nº 109.091.376-118 - Insc. Munic. nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 005/16/EQA/EQ

Data: 20/05/2016

Processo: CETESB nº 189/2013

Interessado: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

Assunto: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA para a construção das barragens Pedreira e Duas Pontes, previstas nos rios Jaguari e Camanducaia, respectivamente.

1. INTRODUÇÃO

O presente Parecer Técnico visa atender ao Despacho nº 002/2016/IEOH, de 28.01.2016, que encaminhou o respectivo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), para análise e manifestação dos aspectos de qualidade de água, sedimento e de limnologia com vistas à emissão da licença prévia do empreendimento.

O empreendimento é de responsabilidade do Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE, que contratou as empresas Hidrostudio e Themag Engenharias para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, objeto da presente avaliação.

Em 03.02.2016, o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental solicitou informações complementares ao empreendedor por meio da Informação Técnica Nº 108/16/IEOH. No tocante aos aspectos de qualidade das águas, foram solicitadas as seguintes complementações:

- Apresentação de estudos complementares que avaliem o risco de eutrofização dos reservatórios, em função da alteração do sistema lótico para lântico que será criado com a implantação dos barramentos, com a manutenção da atual carga de poluentes lançada a montante desses reservatórios, nas respectivas bacias de drenagem do Camanducaia e Jaguari (jusante Cantareira).
- Tendo os resultados da simulação da modelagem do item “4.10. Resultados das Modelagens Matemáticas”, apresentada no EIA, avaliar outras alternativas de mitigação para impacto na qualidade da água, além da limpeza do reservatório e implementação do tratamento terciário na ETE de Amparo.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A implantação das barragens tem como objetivo principal aumentar a disponibilidade hídrica na bacia do rio Jaguari, de 8,2 m³/s para 17,2 m³/s com 98% de garantia, projetando um ganho de 9,0 m³/s, o que somado ao efeito de regularização, permitiria o fornecimento de água de forma mais segura à população dos municípios de jusante e região de entorno dos barramentos, principalmente em época de estiagem prolongada. Os empreendimentos contam ainda com outras instalações, como a implantação de tomada d'água, conduto de adução; vertedouro; obras de desvio, e sistema de transposição para peixes.

A implantação da Barragem Pedreira deve formar um reservatório com superfície da ordem de 2,02 km², com volume de 31,9 milhões de m³, abrangendo parte do território dos municípios de Campinas e Pedreira. O projeto prevê no barramento um sistema de transposição para peixes. A Barragem Duas Pontes, por sua vez, irá formar um reservatório da ordem de 4,9 km², com volume de 53,4 milhões de m³, abrangendo parte do território do município de Amparo. O projeto prevê a instalação de um mecanismo de transposição para peixes (MTP), sendo prevista uma torre para tomada d'água, medindo em planta 7 x 15m, para alimentação de uma futura escada para peixes.



PARECER TÉCNICO

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc. Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic. nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 005/16/EQA/EQ

Data: 20/05/2016

- b) Os desvios temporários de cursos d'água e as obras de construção de travessia subterrânea e de adutoras sob cursos d'água causarão alteração de margens, aterramento de áreas, escavação para abertura de vala, instalação da tubulação e reaterro da vala.

Após a implantação do empreendimento, haverá alteração na qualidade das águas superficiais, uma vez que o regime de escoamento dos corpos de água será transformado de lótico para lético.

3. Qualidade das águas e sedimento – EIA-RIMA

O EIA-RIMA apresentou, no tocante aos aspectos de qualidade das águas e dos sedimentos, os seguintes temas:

- Avaliação da qualidade das águas e dos sedimentos dos rios Camanducaia e Jaguari, em trechos situados a montante e a jusante da barragem e na área dos futuros reservatórios; bem como nos principais afluentes.
- Identificação das possíveis fontes poluidoras capazes de influenciar a qualidade dos cursos d'água em estudo.
- Avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação e operação do empreendimento.
- Prognósticos da modelagem (medidas mitigadoras e programas de monitoramento ambiental).

3.1 Avaliação da qualidade das águas e dos sedimentos dos rios Camanducaia e Jaguari

Conforme informado no EIA, no caso específico das barragens Pedreira e Duas Pontes, as principais alterações na qualidade da água decorrem da transformação do regime lótico em lético nas fases de enchimento dos reservatórios. As alterações na qualidade da água influenciam diretamente a dinâmica ecológica das comunidades aquáticas.

A caracterização da qualidade da água e do sedimento, apresentada no EIA/RIMA, foi embasada por meio de dados primários - duas campanhas de amostragem - e secundários - Rede Básica da CETESB. As duas campanhas de amostragem de qualidade foram realizadas nas áreas de influência direta e diretamente afetada dos futuros reservatórios de Pedreira e Duas Pontes, sendo uma representativa do período seco e outra, do período chuvoso.

Selecionaram-se um conjunto de parâmetros físicos, químicos, biológicos, bacteriológicos e ecotoxicológicos, tendo como base as Resoluções CONAMA 357/05 e 454/12, de forma a subsidiar os estudos de biota aquática e fornecer insumos à aplicação de modelagem matemática para avaliação do comportamento dos futuros reservatórios.

Conforme o Estudo, os dados obtidos, ao longo das duas campanhas realizadas na AID e ADA da Barragem Pedreira, evidenciaram que os cursos d'água amostrados apresentam boa qualidade ambiental, devido principalmente à elevada disponibilidade hídrica e à reduzida ocupação antrópica no entorno. Esses fatores resultaram em características físicas, químicas, biológicas e bacteriológicas compatíveis com os padrões estabelecidos pela Resolução Conama 357/05 para águas classe 2, para a maioria dos parâmetros avaliados nas duas campanhas de amostragem.

De acordo com o Estudo, na área da Barragem Duas Pontes, os maiores percentuais de não conformidades (>50%) estiveram associados aos parâmetros indicativos do aporte de efluentes domésticos, com destaque para o fósforo total, nitrogênio amoniacal, coliformes termotolerantes (E. coli) e oxigênio dissolvido, em ambas as campanhas.



PARECER TÉCNICO

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.778.491/0001-70 - Insc. Est. nº 109.091.376-118 - Insc. Munic. nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 005/16/EQA/EQ

Data: 20/05/2016

Essas medidas estão previstas no âmbito de Programa de Controle Ambiental das Obras com ações de Controle de Erosão e Assoreamento; como também nos Programas de Recuperação de Áreas Degradadas; de Monitoramento das Encostas Marginais, de Supressão de Vegetação e de Revegetação e Enriquecimento Florestal.

Também foi proposto um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e dos Sedimentos, que compreende a análise do teor de sólidos e de compostos orgânicos nos corpos hídricos, entre outros parâmetros de controle, permitindo a tomada de ações preventivas e corretivas durante toda a fase de implantação.

3.3.2. Fase de operação

De acordo com o EIA, a implantação das barragens de regularização Pedreira e Duas Pontes nos rios Jaguari e Camanducaia constitui uma interferência no sistema hídrico natural que ocorrerá a partir do início de formação dos lagos artificiais, condicionando o escoamento fluvial local e o respectivo regime de vazões a jusante. A transformação do regime lótico para lântico traz como consequência uma série de impactos nas condições limnológicas do ecossistema aquático, alterando a qualidade da água, a biota aquática e as relações ecológicas locais. No trecho de jusante dos futuros barramentos, a qualidade das águas dos rios Jaguari e Camanducaia será influenciada diretamente pelos índices de qualidade dos reservatórios das barragens Pedreira e Duas Pontes, com dependência progressivamente diminuída conforme os cursos d'água passam a receber as águas dos demais tributários.

Conforme informado, durante a formação de reservatórios artificiais, as alterações na qualidade da água devido à submersão dos solos e da vegetação se constituem num dos principais impactos sobre o meio biótico (Tundisi, 1978; Baxter & Glaude, 1980). No geral, essas alterações incluem a fertilização temporária das massas de água e pressões no balanço de oxigênio dissolvido (Ploskey, 1985; Bianchini Jr. & Cunha-Santino, 2011).

De acordo com o EIA, atualmente o rio Jaguari e o rio Camanducaia, em especial, recebem potencial carga poluidora de efluentes domésticos e industriais gerados nos centros urbanos localizados a montante das barragens, além de insumos agrícolas aplicados nas lavouras da região, efluentes estes que serão transportados aos reservatórios planejados. A formação do reservatório propicia um novo equilíbrio ao sistema hídrico, condicionando tempos de residência relativamente elevados e favorecendo a ocorrência de processos eutróficos. No ciclo de estabilização do regime hidráulico pode ocorrer também a estratificação térmica do reservatório.

Para avaliar as alterações previstas na qualidade da água durante o enchimento e a operação dos reservatórios projetados nos rios Jaguari e Camanducaia, foram apresentados no EIA sistemas de simulação matemática da qualidade das águas: Modelo Hidráulico, Modelo de Eutrofização e Modelo de Estratificação Térmica, que se encontram descritos a seguir:

Modelo Hidráulico - Concebido para retratar o processo de circulação da água no reservatório, durante as fases de enchimento e operação. A simulação destes processos é realizada pelo programa MEKONG, apropriado à modelação de grandes planícies de inundação. Este aplicativo gera as informações hidráulicas de entrada utilizadas pelo modelo de eutrofização.

Modelo de Eutrofização - O modelo de eutrofização baseia-se fundamentalmente no módulo EUTRO4 do modelo de simulação de qualidade da água WASP4 (Water Quality Analysis Simulation Program) distribuído pela EPA - Environmental Protection Agency, americana. O programa original foi adaptado para capacitar a representação do processo de incorporação e biodegradação da matéria vegetal inundada.

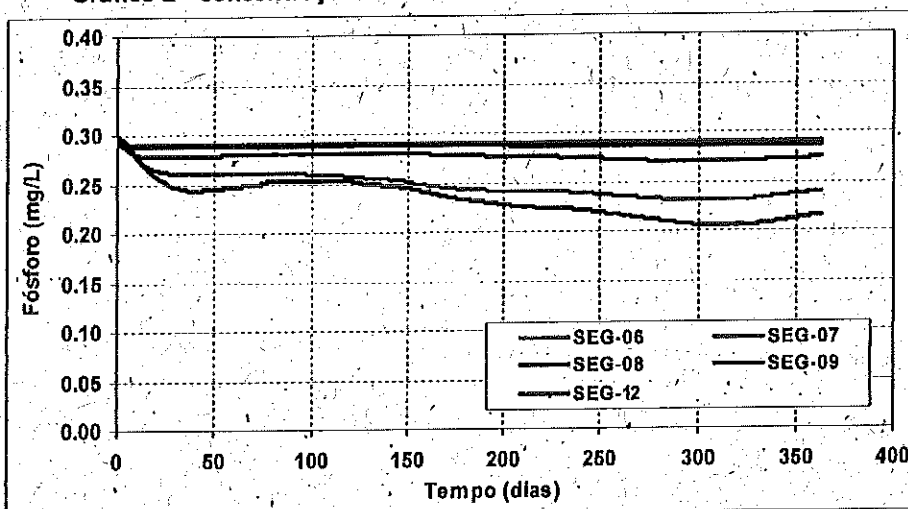
Modelo de Estratificação Térmica - Modelo matemático desenvolvido por Huber e Harleman, do "Massachusetts Institute of Technology, abril/1971", e posteriormente aplicado em diversos reservatórios, com significativo

Condições semelhantes serão verificadas nos braços tributários, com concentrações inferiores a 0,05 mg/L, também resultando em classificação Mesotrófica. Em relação aos demais parâmetros avaliados no âmbito do diagnóstico ambiental, o rio Jaguari vai contribuir com águas de boa qualidade para o futuro reservatório da Barragem Pedreira.

Já com relação ao Reservatório de Duas Pontes, a modelagem apresentada no EIA, considerando os resultados da simulação com a operação na cota 634,0 m que corresponde a um tempo de permanência próximo de 95% e também as ações de desmatamento e limpeza do reservatório, concluiu:

- o oxigênio dissolvido apresentou reduções nas concentrações observadas nos compartimentos mais a jusante, respectivamente 09 e 12, com valores em torno de 2 mg/l;
- No corpo central do reservatório, a concentração máxima de fósforo verificada no compartimento a montante com valores próximos de 0,3 mg/L e tendência de redução destas concentrações nos compartimentos mais a jusante, onde foram observadas concentrações próximas 0,20 mg/L no compartimento 12 situado adjacente ao corpo do barramento. Nesta faixa de valores o corpo central do reservatório enquadra-se como ambiente supereutrófico (Gráfico 2).
- As concentrações de nitrato sofreram uma pequena redução e a amônia um pequeno incremento em suas concentrações ao considerar os compartimentos mais a jusante do reservatório.

Gráfico 2 - Concentrações de fósforo no reservatório de Duas Pontes

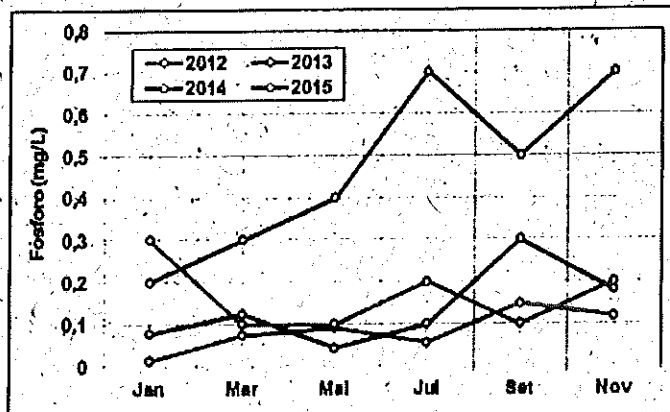


Os estudos de modelagem matemática de qualidade da água do EIA indicaram as seguintes questões relevantes:

- A necessidade de se desenvolver as ações de desmatamento e limpeza do reservatório, com a remoção total da fitomassa residente da área a ser ocupada pelo futuro lago;
- As altas degradações das águas provenientes da bacia do rio Camanducaia impõem a necessidade de implantação de estações de tratamento de esgoto, tendo em vista reduzir as cargas poluentes afluentes à área do reservatório.

4. ANÁLISE

A seguir, são apresentadas as análises da parte de qualidade de água do EIA e do Estudo Complementar.

Gráfico 3 – Resultados Históricos de Fósforo Total – Rio Camanducaia


A modelagem apresentada no EIA considerou as concentrações de fósforo obtidas em amostragens realizadas em 2014, que conforme Gráfico 3 revelam-se muito superiores às médias de longo prazo para o Rio Camanducaia. Por outro lado, foram consideradas naquela modelagem as vazões médias de longo prazo, acarretando uma alimentação do modelo com cargas superiores às efetivamente verificadas nas condições médias de longo prazo desse corpo d'água.

Além disso, as cargas de fósforo utilizadas na alimentação do modelo apresentado no EIA não se justificam apenas pelas contribuições de esgotos advindas do município de Amparo, sugerindo que outras fontes pontuais de origem industrial devem estar contribuindo para aquelas cargas estimadas. Dessa forma, a medida mitigadora proposta pelo DAEE de adotar sistema de tratamento terciário dos esgotos naquele município talvez não seja a única medida necessária para mitigar os impactos da qualidade das águas do futuro reservatório de Duas Pontes.

Assim, em reunião realizada em fevereiro de 2016, a CETESB solicitou ao DAEE complementações no estudo de modelagem do Reservatório de Duas Pontes, a fim de aperfeiçoar o diagnóstico das cargas de fósforo geradas na bacia de contribuição e o prognóstico sobre a qualidade das águas do futuro reservatório.

4.2. Informações do Estudo Complementar

A seguir são apresentadas as análises dos resultados obtidos pela nova modelagem matemática, bem como dos prognósticos relativos à redução das cargas de fósforo na bacia do Rio Camanducaia.

4.2.1. Modelagem Matemática

Os estudos complementares de modelagem matemática de qualidade da água do Reservatório Duas Pontes consideraram os seguintes itens:

- Revisão dos dados de alimentação do modelo apresentado no EIA: as novas simulações apresentadas para o corpo central do reservatório procuraram retratar uma condição média de cargas de fósforo e de vazões, excluindo-se o ano atípico de 2014 e levando-se em conta as amostragens realizadas pela CETESB nos anos de 2012, 2013 e 2015.
- Revisão das fontes poluidoras pontuais: as cargas pontuais de fósforo lançadas no rio Camanducaia foram atualizadas por meio de dados fornecidos pela CETESB. Foi avaliado que as fontes poluidoras do futuro



PARECER TÉCNICO

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05469-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc. Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic. nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 005/16/EQA/EQ

Data: 20/05/2016

- A importância dos empreendimentos propostos para aumentar a segurança hídrica das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari, sendo tais mananciais já elencados como estratégicos para atendimento de demandas futuras;
- Os comitês de bacias dispõem de vários mecanismos e ferramentas para atingir metas de qualidade, visando os usos múltiplos e o interesse comum e coletivo dos recursos hídricos;
- Os empreendimentos em questão já foram definidos como seções estratégicas para as quais se envidarão esforços, podendo ser disponibilizados os recursos financeiros visando à recuperação da qualidade da água;
- Conforme EIA e CETESB, a implantação das barragens pode intensificar o processo de eutrofização das águas, indicando a necessidade de redução do aporte de nutrientes, em especial o fósforo, prioritariamente nas bacias dos rios Camanducaia e Jaguari;
- O Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ se encontra em processo de revisão, cujo plano de trabalho já contempla ações previstas para o controle e redução de nutrientes nas bacias PCJ;
- Os Comitês PCJ vêm atuando fortemente para implementar todas as diretrizes previstas no Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ 2010-2020, visando garantir uma boa qualidade das águas para usos futuros previstos nesses reservatórios, em especial o abastecimento público.

Portanto, foi proposta pelo Comitê a implementação de um programa de recuperação da qualidade das águas das Bacias dos Rios Camanducaia e Jaguari, devendo incluir ações tais como:

- Alocação de recursos financeiros, das Cobranças PCJ (estadual paulista e federal) e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, para subsidiar as ações de melhoria da qualidade das águas;
- Medidas não estruturais que subsidiem o controle das fontes de fósforo de origem doméstica e industrial;
- Intensificação de ações de recuperação e proteção de mananciais, no âmbito das Políticas dos Comitês PCJ; e,
- Fomento à universalização da coleta e tratamento de esgotos, entre outras.

Em princípio, conclui-se que essas medidas convergem para a redução do aporte de nutrientes nos futuros reservatórios. Contudo, as ações previstas nesse programa deverão ser detalhadas e apreciadas pelos Plenários dos Comitês PCJ e devidamente formalizadas por meio de Deliberação.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nos aspectos relacionados à qualidade da água dos Barramentos de Pedreira e Duas Pontes, a análise realizada pela CETESB no Estudo de Impacto Ambiental e nos documentos complementares apresentados pelo empreendedor, não identificou óbices para a emissão da Licença Prévia. No entanto, de forma a garantir a continuidade do empreendimento nas condições estabelecidas nos estudos apresentados, recomenda-se que o empreendedor apresente antes da emissão da Licença de Instalação:

- 1) Deliberação do Comitê de Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jaguari com as ações detalhadas do Programa de Recuperação da Qualidade das Águas das bacias dos rios Camanducaia e Jaguari, considerando as medidas de abatimento de nutrientes para as cargas pontuais e difusas e as respectivas metas a serem atingidas nos futuros reservatórios;



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Autorização para empreendimento dentro da área de Unidade de Conservação ou em sua Zona de Amortecimento

A Fundação Florestal, com base no Artigo 36, § 3º da Lei Federal nº 9.985/2000, na Resolução Conama 428/2010 e na Resolução SMA 85/2012, autoriza o empreendimento "Barragens Pedreira e Duas Pontes", com fundamento no Parecer Técnico anexo.

Processo de Licenciamento: Processo CETESB IMPACTO nº 189/2015

Unidade de Conservação afetada: APA Piracicaba Juqueri-Mirim área II

Órgão Licenciador: CETESB

Empreendedor: Departamento de águas e energia elétrica - DAEE

Condicionantes Gerais:

1. Esta Autorização não dispensa outras Autorizações e Licenças Federais, Estaduais e Municipais, porventura exigíveis no processo de licenciamento;
2. Mediante decisão motivada, a Fundação Florestal poderá alterar as recomendações, as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:
 - a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da presente autorização.
3. A Fundação Florestal deverá ser comunicada em caso de ocorrência de acidentes que possam afetar a Unidade de Conservação;
4. O órgão licenciador deverá encaminhar à Fundação Florestal para conhecimento, registro e acompanhamento, todas as licenças ambientais para o empreendimento assim que forem emitidas.

Condicionantes Específicas:

1. Condicionante FF: Preliminarmente entende-se que a magnitude do impacto ambiental está relacionada aos atributos dos remanescentes de vegetação nativa que serão afetados, e não apenas quanto à área a ser afetada em relação ao território da APA. Neste caso, o atributo da APA é proteger fragmentos de vegetação nativa estabelecidos em uma rede conectada pelas APP, e garantir a vazão mínima de pequenos cursos d'água de uso rural, estas definidas também como ZVS pela lei de criação da APA.





FUNDAÇÃO FLORESTAL

Ação: Apoiar a restauração das Áreas de Preservação Permanente de cursos d'água situados na AID do empreendimento, no território da APA Piracicaba Juqueri-Mirim área II, por meio da implantação de viveiros de plantas nativas da Mata Atlântica, por um período não inferior a 05 (cinco) anos, de forma a fomentar o reestabelecimento da conectividade florestal entre os dois reservatórios.

2. Condicionante FF: A perda de fragmentos, mesmo em pequena escala, implica na perda de importante componente da biodiversidade vegetal. Nesse sentido, áreas a serem alagadas deverão ter ações de restauração e recomposição de APP, que deverão ser realizadas com o material resgatado antes da supressão ou alagamento.

Ação: Resgatar o banco de sementes e mudas autóctones para utilização nas ações de restauração florestal nas APP dos reservatórios. Implantar viveiro de espera, durante toda a fase de instalação do empreendimento, para produção de exemplares das espécies resgatadas e de ocorrência local, preferencialmente nos municípios de Amparo/SP e Pedreira/SP.

3. Condicionante FF: A diminuição das APP impacta diretamente a circulação de fauna entre fragmentos existentes entre as áreas propostas para a construção dos reservatórios. Frente ao compromisso de formação de APP em cada reservatório, em um buffer de 100 metros em torno de cada um deles, entende-se necessário monitorar a fauna (mastofauna, avifauna e herpetofauna) quando do início das ações de restauração dessas respectivas APP.

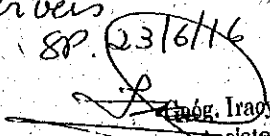
Ação: Executar o monitoramento de fauna e flora por um período de 02 (dois) anos quando do início da restauração florestal, e pelo mesmo período durante a operação do empreendimento.

4. Condicionante FF: Implantação de procedimentos preventivos adequados para a conservação de solos nas atividades construtivas, bem como relatórios preventivos de manutenção das barragens.

São Paulo, 09 de maio de 2016.


PAULO SANTOS DE ALMEIDA
Diretor Executivo

ao ID
para as providências
cabíveis
SP. 23/6/16


Iracy Xavier da Silva
Assistente Executivo
Reg. 01-3970 - CREA 0604027208

Rua do Horto, 931 - Horto Florestal - São Paulo - CEP 02377-000
Tel.: 11 2997-5000 - www.fflorestal.sp.gov.br



GOVERNO DO ESTADO

SÃO PAULO

Secretaria do Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Campinas, 20 de julho de 2016.

CÓPIA

Ofício nº 518/2016 – GS/SVDS

Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício 0607/2016/P, referente ao processo de licenciamento ambiental das Barragens Pedreira e Duas Pontes – processo 189/2013, esta Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SVDS tem a informar que:

Considerando que esta SVDS, após análise multidisciplinar do EIA-RIMA referente ao barramento em questão, elaborou o Parecer Técnico Ambiental – PTA nº 087/2015-II, através do processo eletrônico (LAO) nº 2015000904, com as considerações e condicionantes municipais a serem observadas pelo órgão licenciador da obra, no caso a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB;

Considerando que o supracitado Parecer foi encaminhado para conhecimento e deliberação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA e do Conselho Gestor da APA Campinas – CONGEAPA, em 29 de setembro de 2015;

Considerando que representantes do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE procederam a uma apresentação do EIA/RIMA do empreendimento “Barragens Pedreira e Duas Pontes” específica ao CONGEAPA, realizada na reunião ordinária de 29 de setembro de 2015;

Considerando que, já de posse do PTA nº 087/2015, o COMDEMA e o CONGEAPA foram convidados a participar das Audiências Públicas sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Barragens Pedreira e Duas Pontes”, de responsabilidade do DAEE, realizadas em Campinas (em 06 de outubro de 2015), em Pedreira (em 15 de outubro de 2015) e em Amparo (em 03 de novembro de 2015);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Considerando que o CONGEAPA, em 24 de novembro de 2015, conheceu e retornou o processo eletrônico (LAO) nº 2015000904 para continuidade do licenciamento ambiental junto a SVDS;

Considerando que a SVDS, em 01 de dezembro de 2015, emitiu o Exame Técnico Municipal – ETM nº 169/2015-II, do qual fazem parte integrante o Parecer Técnico Ambiental – PTA nº 087/2015-II, a ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e o Despacho de devolução do Conselho Gestor da APA Campinas – CONGEAPA.

A Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SVDS **AUTORIZA** o licenciamento ambiental, junto a CETESB, das obras das “Barragens Pedreira e Duas Pontes”, desde que atendidas as condicionantes do Exame Técnico Municipal – ETM nº 169/2015-II e documentos correlatos.

No ensejo, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

Rogério Menezes
Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Ilmo. Senhor
Otávio Okano
Presidente da CETESB



COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Presidência

OF. 0607/2016/P

São Paulo, 07 de julho de 2016.



Ref.: Barragens Pedreira e Duas Pontes
Processo IMPACTO 189/2013

Senhor Secretário,

Tendo em vista que esta Companhia está conduzindo o licenciamento ambiental das Barragens Duas Pontes e Pedreira, sendo que nesta última haverá intervenção na APA Municipal de Campinas, e considerando:

- Que o Órgão Gestor da APA Municipal de Campinas é a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), conforme informação do Parecer Técnico Ambiental nº 087/2015-II (p. 82);
- Que foi emitido o Exame Técnico através do Parecer Técnico Ambiental nº 087/2015-II, de dezembro de 2015, pela SVDS, em que ressalta a proteção de fragmentos considerados de preservação permanente no território da APA e que alguns desses fragmentos serão diretamente afetados pelo empreendimento (p. 86);
- A conclusão do Exame Técnico através do Parecer Técnico Ambiental nº 087/2015-II, de que a Prefeitura de Campinas por meio da SVDS não se opõe ao empreendimento, desde que atendidas as condicionantes constantes no referido Parecer Técnico e esclarecidas as questões identificadas pela equipe da SVDS (p. 93);
- O Ofício 294/2016 - GS/SVDS, de 03/05/2016, no qual a SVDS não vê impedimento ao licenciamento ambiental, junto a CETESB, das obras das "Barragens Pedreira e Duas Pontes", desde que atendidas as condicionantes do Exame Técnico Municipal - ETM nº 169/2015-II e documentos correlatos;
- Que a Lei Federal 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e define:

Artigo 36 - Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

Y. haal
07/07




COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Presidência

§ 3º - Quando o empreendimento afetar Unidade de Conservação específica ou sua Zona de Amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante **AUTORIZAÇÃO** (grifo nosso) do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

Vimos por meio deste solicitar a expressa **AUTORIZAÇÃO** do Órgão Gestor da APA Municipal de Campinas para as intervenções da Barragem Pedreira na referida APA, as quais estão previstas no EIA-RIMA e constatadas no Exame Técnico Municipal, conforme o Parecer Técnico Ambiental nº 087/2015-II dessa Prefeitura.

Ressaltamos que sem a referida Autorização, a continuidade do licenciamento ambiental da Barragem Pedreira ficará comprometida.

Atenciosamente,


Otávio Okano
Diretor-Presidente



Ilustríssimo Senhor
Rogério Menezes
Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável (SVDS)
Avenida Anchieta, 200 - 14º andar
13015-904 - Campinas - SP.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

Do Processo CONDEPHAAT	Número 73751	Ano 2015	Rubrica
---------------------------	-----------------	-------------	---------

Int.: ANA MARIA VERONEIE BEIRA E OUTROS

Ass.: Estudo de Tombamento da Fazenda Palmeiras, localizada no município de Amparo.

SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO
SESSÃO ORDINÁRIA DE 09 DE MAIO DE 2016
ATA Nº 1835

O Egrégio Colegiado deliberou acatar, por 11 votos favoráveis, 05 votos contrários e 1 abstenção, o parecer de vistas da Conselheira Relatora, que acompanha o voto da Conselheira Ana Luiza Martins, pelo arquivamento do Estudo de Tombamento da Fazenda Palmeiras, localizada no Município de Amparo, acrescida da seguinte determinação, que condiciona o Licenciamento junto à CETESB referente ao projeto e obras de implantação de barragem no ribeirão Duas Pontes: 1. Que seja elaborado, sob responsabilidade do DAEE, levantamento detalhado arquitetônico e fotográfico, incluindo pesquisas e prospecções arqueológicas das construções que compõem a Fazenda conforme segue: edifício sede; tulha; capela; terreiro; instalações de serviço. 2. O produto desse levantamento deverá ser objeto de Publicação, a expensas do DAEE, de caderno impresso sobre a Fazenda Palmeiras em padrão superior de qualidade, conforme exemplo a ser apresentado pelo CAAC, para compor conjunto de publicações do CONDEPHAAT sobre o Patrimônio Construído. Formato 21x 30 cm, cerca de 50 páginas, com textos a serem produzidos por profissionais especialistas. Deverão ser impressos mil exemplares. Todo o trabalho deverá ser acompanhado pela UPPH, Diretoria do GEI em todas as fases de desenvolvimento, que por sua vez dará ciência ao Conselho sobre o andamento. Essa medida tem o propósito de documentar a história da Fazenda Palmeiras e que esse conhecimento seja disponibilizado ao Centro de Documentação da UPPH e distribuído para pesquisadores e Interessados pela Unidade. Os prazos para o cumprimento das condicionantes terão os seguintes limites: Item I, até a data de protocolamento do pedido de licenciamento de instalação do projeto junto à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio
Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado
UPPH – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico

CETESB; Item II, a publicação deverá ser produzida até a aprovação do licenciamento da instalação da barragem pela CETESB.

1. À CAAC para:
 - a) providenciar publicação no DOE;
 - b) notificar os interessados e autoridades competentes.
2. Ao NAA/PT para arquivar.

CAAC/CONDEPHAAT, 11/05/2016.


JOSÉ EDUARDO DE ASSIS LEFÈVRE
Presidente

Constituinte

Art. 125. A Comissão Organizadora reunida em 09-05-2016, após análise do texto do projeto de lei nº 125/2016, com início em 1º de maio de 2016, e o texto do projeto de lei nº 126/2016, com início em 1º de junho de 2016, aprovou o projeto de lei nº 125/2016, com o seguinte texto: "O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (CONDEPAHAC) é instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal, com sede no Palácio Municipal, sob a presidência do Prefeito Municipal, e é composto por representantes de todas as instituições culturais, científicas, artísticas e históricas da cidade, com o objetivo de promover a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade, bem como de promover a realização de eventos, exposições, pesquisas e outras atividades relacionadas ao patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade." (Redação dada pelo Projeto de Lei nº 125/2016, de 09-05-2016).

Art. 126. A Comissão Organizadora reunida em 09-05-2016, após análise do texto do projeto de lei nº 126/2016, com início em 1º de junho de 2016, e o texto do projeto de lei nº 125/2016, com início em 1º de maio de 2016, aprovou o projeto de lei nº 126/2016, com o seguinte texto: "O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (CONDEPAHAC) é instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal, com sede no Palácio Municipal, sob a presidência do Prefeito Municipal, e é composto por representantes de todas as instituições culturais, científicas, artísticas e históricas da cidade, com o objetivo de promover a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade, bem como de promover a realização de eventos, exposições, pesquisas e outras atividades relacionadas ao patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade." (Redação dada pelo Projeto de Lei nº 126/2016, de 09-05-2016).

de trabalho do imóvel, e considerando as dúvidas apresentadas, sugeriu a realização de uma reunião para esclarecer a situação. A reunião foi realizada em 12-05-2016, com a presença de todos os membros do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (CONDEPAHAC), e foi presidida pelo Prefeito Municipal. Na reunião, foi discutido o projeto de lei nº 125/2016, e foi decidido que o projeto deveria ser encaminhado para o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (CONDEPAHAC) para análise e aprovação. O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (CONDEPAHAC) é instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal, com sede no Palácio Municipal, sob a presidência do Prefeito Municipal, e é composto por representantes de todas as instituições culturais, científicas, artísticas e históricas da cidade, com o objetivo de promover a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade, bem como de promover a realização de eventos, exposições, pesquisas e outras atividades relacionadas ao patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade.

UNIDADE DE ATIVIDADES CULTURAIS

UNIDADE DE FOMENTO À CULTURA

Portaria de FOMFEC - 1, de 23-4-2016

Foi deferido o encaminhamento de atendimento direto ao público, no âmbito do Grupo de Projetos Interiores de Secretaria de Cultura, nas datas que se seguem:

Duvidas S. Rodrigues, responsável pelo Distrito de Cultura, em 12-05-2016, com o seguinte texto: "O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (CONDEPAHAC) é instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal, com sede no Palácio Municipal, sob a presidência do Prefeito Municipal, e é composto por representantes de todas as instituições culturais, científicas, artísticas e históricas da cidade, com o objetivo de promover a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade, bem como de promover a realização de eventos, exposições, pesquisas e outras atividades relacionadas ao patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade." (Redação dada pelo Projeto de Lei nº 125/2016, de 09-05-2016).

Constituinte de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (CONDEPAHAC) é instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal, com sede no Palácio Municipal, sob a presidência do Prefeito Municipal, e é composto por representantes de todas as instituições culturais, científicas, artísticas e históricas da cidade, com o objetivo de promover a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade, bem como de promover a realização de eventos, exposições, pesquisas e outras atividades relacionadas ao patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade.

Art. 127. A Comissão Organizadora reunida em 09-05-2016, após análise do texto do projeto de lei nº 127/2016, com início em 1º de julho de 2016, e o texto do projeto de lei nº 126/2016, com início em 1º de junho de 2016, aprovou o projeto de lei nº 127/2016, com o seguinte texto: "O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (CONDEPAHAC) é instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal, com sede no Palácio Municipal, sob a presidência do Prefeito Municipal, e é composto por representantes de todas as instituições culturais, científicas, artísticas e históricas da cidade, com o objetivo de promover a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade, bem como de promover a realização de eventos, exposições, pesquisas e outras atividades relacionadas ao patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade." (Redação dada pelo Projeto de Lei nº 127/2016, de 09-05-2016).

Constituinte de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (CONDEPAHAC) é instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal, com sede no Palácio Municipal, sob a presidência do Prefeito Municipal, e é composto por representantes de todas as instituições culturais, científicas, artísticas e históricas da cidade, com o objetivo de promover a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade, bem como de promover a realização de eventos, exposições, pesquisas e outras atividades relacionadas ao patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade.

Art. 128. A Comissão Organizadora reunida em 09-05-2016, após análise do texto do projeto de lei nº 128/2016, com início em 1º de agosto de 2016, e o texto do projeto de lei nº 127/2016, com início em 1º de julho de 2016, aprovou o projeto de lei nº 128/2016, com o seguinte texto: "O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Científico (CONDEPAHAC) é instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal, com sede no Palácio Municipal, sob a presidência do Prefeito Municipal, e é composto por representantes de todas as instituições culturais, científicas, artísticas e históricas da cidade, com o objetivo de promover a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade, bem como de promover a realização de eventos, exposições, pesquisas e outras atividades relacionadas ao patrimônio cultural, histórico, artístico e científico da cidade." (Redação dada pelo Projeto de Lei nº 128/2016, de 09-05-2016).

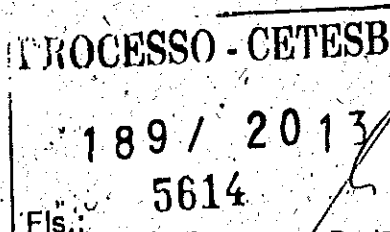


PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
COORDENADORIA SETORIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Protocolo 2015 -10 - 43364

A Coordenadora da C.S.P.C.

Daisy S. Ribeiro,



Este protocolo se refere ao projeto de Barragem Pedreira e Duas Pontes, do Rio Jaguari, submetido pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE da Secretaria de Saneamento e recursos Hídricos do Estado de São Paulo.

Após reunião com os técnicos responsáveis pelo projeto, nos foi informado que a construção da barragem será onde é a mafa Isoladores Santana, item nº 58, com 7,87ha, do processo de tombamento 04/03. Os outros maciços, itens 59, 61 e 62, terão parte de suas áreas afetadas pelo lago, menos de 9% de sua área de 39,53ha, como mostra o estudo/levantamento topográfico anexado a este protocolo na página 88.

O lago da represa contará com Área de Proteção Permanente de 100 metros em seu entorno e com certeza ajudará a preservar, incrementar em área e a conectar estes fragmentos de matas, atualmente separados. Este incremento de mata está descrito no Programa de Revegetação e Enriquecimento Florestal e Programa de Compensação Ambiental que visam favorecer o incremento à conectividade como forma de compensar a supressão de cobertura vegetal nativa.

Tendo em vista a necessidade de abastecimento de água da região de Campinas e que o empreendimento terá um programa de regeneração e enriquecimento vegetal composta por espécies nativas da região e que as matas em processo de tombamento serão preservadas em sua maior extensão, além de receberem conexões de matas, o parecer é favorável ao pretendido.

08-03-2016

HELICIO DE ABREU JR.
Engº Agrônomo - MSc

do CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - em sua sessão ordinária do dia 17 de março de 2016. Ata 452. Decidiu pela abertura do Processo de Estudo de Tombamento do(s) bem(ens) abaixo discriminado(s). Lances mancos que o(s) bem(ens) em questão passa(n) a ser objeto das ações e benefícios previstos pela Lei Municipal nº 5585 de 17 de dezembro de 1987; como consequência, qualquer intervenção no(s) local(is) deverá ser precedida de autorização do Condepacc. Informamos ainda, que conforme o Decreto nº 9583/88, artigos 11, 12 e 13 o(s) interessado(s) poderá(ão) apresentar recurso com relação ao tombamento nos termos deste Decreto no prazo de 15 dias.

BENS	PROCESSO
ACERVO DOCUMENTAL PERMANENTE DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CAMPINAS	00116

Campinas, 12 de abril de 2016
CLAUDINEY RODRIGUES CARASCOS
 Secretária Municipal de Cultura
 Presidente do Condepacc

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS - CONDEPACC REUNIÃO ORDINÁRIA - ATA 452

Aos 17 dias do mês de março de 2016, com início às 10h, realiza-se no Planetário - Parque Portugal - Portão 01, a quadringentésima quinquagésima segunda reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - Condepacc sob a presidência de Claudiney Rodrigues Carascos e com a presença dos seguintes conselheiros: Mariana Augusta Pereira dos Santos, suplente do Gabinete do Prefeito - Simone Medeiros Eyer Thomaz, titular da Secretaria Municipal de Urbanismo - Cláudio Natal Olandi, titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura - Raguél Mokarzel, titular da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano - Paola Bassoli Costa, suplente da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - Maria Eugênia Móbri-ce, suplente da Secretaria Municipal do Verde e Desenvolvimento Sustentável - Ana Paula Corrêa Jannuzzi, suplente da Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Daisy Serra Ribeiro, Antonio Henrique Felice Anunziata, titular e suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural - CSPC - Adriana Scoffaro, titular do Conselho Municipal de Turismo - Marcelo Alexandre Juliano, titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB - Pe. José Eduardo Meschiatti, suplente da Pontifícia Universidade de Campinas - PUCC - Evandro Ziggialti Monteiro, titular da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp - Fernando Pina Figueiredo, titular do Centro de Ciências, Letras e Artes - Sérgio Galvão Caponi, titular da Academia Campineira de Letras e Artes - Regina Márcia Moura Tavares, titular da Academia Campineira de Letras - Milton Bridi, titular da Associação Campineira de Imprensa - Sinval Roberto Dorizon, titular da HABICAMP - Associação Regional da Habitação - Cláudia Quintino Araújo, suplente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de SP - Sinduscon - João Manuel Verde dos Santos, titular da Associação Regional de Escritores de Arquitetura - AREA - Edinelson Brizotti, titular do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI - Roberto Baldu Simonatto, titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas - AEAC - Olga R. de Moraes von Simon, titular do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas - IHGGC - Carlos Eduardo Ferreira de Castro, Gabriel Constantino Batin, Luiza Maria Capayena Bezerra, titular, primeiro e segundo suplente do Instituto Agrônomo de Campinas - IAC - Herberto Guimarães, conselheiro emérito e vice-presidente. **ORDEM DO DIA:** a - Abertura dos Trabalhos: O presidente Claudiney Carascos cumprimenta a todos desejando um bom dia e justifica a ausência dos conselheiros: Luiz Guilherme Weiss Franco Campos e Mário Coelho de Souza Graveni Borges. Esta reunião, primeira do ano, inicia as atividades do Condepacc 452.1

em 2016. Temos hoje um assunto muito importante para discutir que é a questão hídrica em um momento que todos se depararam com algo maior que foi a crise hídrica e que momentaneamente por se ter um índice pluviométrico grande, não foi de fato resolvida. Campinas tem a possibilidade de ter nos próximos anos uma represa municipal e na nossa região ter mais uma represa estadual. Convida Paulo Roberto Szeligowski Túnel, consultor operacional da Sanasa para discorrer sobre as duas represas que a região de Campinas está pleiteando, uma municipal e uma estadual. "A Sanasa iniciou os estudos para a construção de uma represa em novembro de 2014, em função do stress hídrico ocorrido neste ano que gerou um desabastecimento na cidade de Campinas. Durante os estudos verificou-se que o Sistema Cantareira possui uma capacidade máxima de regularização de 3,3m³/seg; insuficientes para atender a demanda da região metropolitana de São Paulo e das demais cidades localizadas na bacia do PCJ que dependem do Sistema Cantareira. A soma destas demandas atinge um valor de 40 a 43m³/seg. A disponibilidade hídrica na bacia do PCJ é da ordem de 400 litros habitante ano sendo que a O.N.U. considera o valor de 1500 litros habitante ano como ideal. Exceto Manaus e Belém do Pará, Campinas é a única cidade do Brasil com população superior a 1.000.000 de habitantes que capta água de um rio (rio da água). A construção deste barramento tem como objetivos: Garantir o abastecimento de água para a cidade até o ano de 2035/2040. Permitir o crescimento sócio econômico da cidade de Campinas de forma sustentável hoje limitado em função da disponibilidade hídrica. Reforçar o abastecimento da região do Itapicoba atendido atualmente pelo Sistema Capivari insuficiente para fazer frente às futuras demandas. Criar um sistema de redundância para o abastecimento da cidade. Mitigar os efeitos da sazonalidade climática no abastecimento. Deverá ocorrer um aumento da área da APA de Sousa. **Segurança Hídrica:** - Em agosto de 2014 a ANA, juntamente com os Ministérios de Integração Nacional, do Meio Ambiente e das Cidades, lançou o Plano Nacional de Segurança Hídrica, com o objetivo de definir estratégias para garantir a oferta de água para abastecimento humano e uso em atividades produtivas e reduzir riscos associados a eventos críticos; - O Plano das Bacias PCJ, aprovado em Dezembro/2010, apontou, no capítulo relativo a "Diretrizes para implementação do Plano de Bacias PCJ", a necessidade de realização de estudos de viabilidade de barramentos para aumento das disponibilidades hídricas, com a finalidade de garantir a segurança hídrica na região; - O Plano de Segurança da Água, desenvolvido pela SANASA, tem como foco a garantia da qualidade da água para consumo humano, monitorando sua qualidade em todas as etapas do processo, desde o manancial até a torneira do consumidor; desta forma, é de primordial importância o aumento da disponibilidade hídrica, que resultará em benefícios em termos de qualidade e quantidade; - A implementação do Barramento no rio Atibaia permitirá ao município de Campinas maior autonomia e, principalmente, a independência do Sistema Cantareira; - Garantia de outorga para o município de Campinas - Previsão de 6 452.2

m3/s. **Características do Barramento - Barramento no Rio Atibaia - Volume Util:**

17.453.000 m3; - Área do espelho d'água: 1.676.000 m2; - Área prevista para desapropriação: 3.562.143,12 m2; - Nível de água mínimo normal: 610,00; - Nível de água máxima normal: 625,00; - Nível de água máximo de segurança: 625,50; - Altura máxima da barragem: 29 m; - Comprimento: 330 m; - Largura do vertedouro: 435 m. **FAZIO INCREMENTAL DE 2 m/s - FAZIO REGULARIZADO DE 7,92 m/s).** **Estudos Complementares - Estudos Mínimos necessários para Licitação:** Anteprojeto - Barramento, captação e adução; - Levantamento topográfico e cadastral; - Sondagens geológicas; - Quantitativos e Orçamento; - Licenciamento ambiental; - Estudos ambientais. **Status:** Anteprojeto e Orçamento: 90% concluído, faltando complementação a partir dos levantamentos de topografia e de sondagens geológicas que estão pendentes. **Levantamento Topográfico:** utilizou levantamento cartográfico da Prefeitura, que necessita ser complementado com topografia de Rio Atibaia taguando autorização para acessar a área; **Sondagens geológicas:** Não foram iniciadas (taguando autorização para acessar a área). **Licenciamento Ambiental:** Efetuado pagamento de taxa pela SANASA e protocolada Carta Consulta do processo de Licenciamento junto a CETESB. Continua explicando sobre os custos de implantação, assim como fez: comparativo com barragens em fase de projeto. O presidente Claudiney Carascos pondera que discutir questões de tombamento é recorte histórico, mas hoje temos que pensar o quanto é importante a segurança hídrica. A represa municipal se insere no espaço da Usina Macaco Branco onde será construída a barragem. Pessoalmente está acompanhando este assunto desde 2013 quando o problema lhe foi apresentado, assim como foi chamado para uma visita ao local. O prefeito Jonas acompanhava na visita ao local. A Usina Macaco Branco foi a primeira usina de Campinas o que causa uma certa comoção. Negociou com todos os agentes do Estado, da CPFL, cuidando para que fosse elaborado um programa onde os equipamentos e a própria estrutura sejam transportados para outro local. Houve uma negociação para que isso ocorra. O conselheiro Herberto Guimarães pergunta qual é a previsão de tempo para a construção? O consultor da Sanasa Paulo Túnel explica que o EIA RIMA tem a previsão de um ano e meio a dois anos e pela sazonalidade climática de três anos e meio. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares questiona se nas fases já executadas foi feita alguma pesquisa arqueológica. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro coloca que as questões específicas terão detalhamentos na apresentação que será feita pela técnica da CSPC. Os três bens em estudo já vêm sendo estudados há algum tempo. Há outros processos de estudo que tem exemplares equivalentes e, portanto, histórica e arquitetonicamente não haverá prejuízo. O presidente Claudiney Carascos convida o consultor operacional da Sanasa Paulo Túnel a ficar até o final da apresentação dos Processos de Estudo. / b - Apresentação dos Processos de Estudo de Tombamento: 1) Conjunto Arquitetônico da Usina Macaco Branco, Distrito de Sousa - nº. 029/04; 2) 452.3

Conjunto Arquitetônico da Fazenda Roselra, Distrito de Sousa - nº 039/04; 3) Conjunto Arquitetônico da Fazenda Espírito Santo, Distrito de Sousa - nº. 037/04. Passa a palavra para apresentação dos Processos de Estudo de Tombamento a arquiteta Sandra Maria Geraldine Milne-Watson, técnica da CSPC: "Em função da necessidade expressa oficialmente de criação de represa hídrica dentro do Município de Campinas, a equipe técnica da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural realizou a análise dos Processos em Estudo de Tombamento que se encontram inseridos nas áreas que sofreram intervenção direta da obra de instalação de reservatório d'água e, portanto, submete ao CONDEPACC para apreciação e deliberação. Trata-se de obras de intervenção de criação de reservatório e barragem com fins de Segurança Hídrica em duas instâncias, na Estadual e na Municipal. A - NA INSTÂNCIA ESTADUAL. Em Protocolo 2013/10-43364 PQ a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - solicitou autorização para implantação das Barragens Pedreira e Duas Pontes a serem localizadas respectivamente nos municípios de Campinas, Pedreira e Amparo, visando atender ao Processo de Estudo de Impacto Ambiental nº 159/2013 que apresenta a delimitação do futuro reservatório e da respectiva área de entorno. O objetivo das Barragens é aumentar a Segurança Hídrica das Bacias PCJ (Itapicoba, Capivari e Jundiaí), aumentando a oferta de água em âmbito regional. Conforme análise técnica da CSPC verificou-se que a área de influência direta do reservatório que se pretende implantar abrange alguns imóveis que se encontram em processo de estudo de tombamento pelo CONDEPACC que sofreram impacto ambiental, arquitetônico e arqueológico, a saber: 1) Conjunto Arquitetônico da Usina Macaco Branco, em Processo de Estudo de Tombamento nº 029/04, e 2) Conjunto Arquitetônico da Fazenda Roselra, em Processo de Estudo de Tombamento nº 039/04. Descrição e análise dos bens imóveis em questão: 1) Conjunto Arquitetônico da Usina (HIDRELETRICA) MACACO BRANCO, Distrito de Joaquim Egídio, Processo de Estudo de Tombamento nº 029/04. DADOS TÉCNICOS DA USINA HIDROMECÂNICA MACACO BRANCO: Propriedade atual: CJE - Companhia Jaguari de Energia - CPFL - desde o ano de 2007. Propriedade original: Silvío de Aguiar Maya, mantida como empresa familiar até 1979. Início da construção: 1911. Entrada em operação: 1912. Situação atual: em operação desde 1912. Município: Pedreira Campinas. Drenagem: Rio Jaguari. Bacia Hidrográfica: Rio Tietê. Potência Nominal (kW): 375+448=823-1.040=2.303. Número de Unidades: 04. Data de Energiação: unidade 1: 1911; unidade 2: 1911; unidade 3: 1940; unidade 4: 1956. Altura do Queda Líquida Média (m): 16. Turbina - Eixo e Tipo: Horizontal - Francis. Velocidade (rpm): 60/450/360/400. Varão Turbinado (m/s): 22 (atd). Gerador - Eixo e Fabricante: Horizontal - (7). Velocidade (rpm): 360/450/360/400. Tensão Primária (kV): 6,50. Composição do Conjunto Arquitetônico da Usina Hidrelétrica Macaco Branco: 1- Reservatório; 2- Barragem; 3- Vertedouro de Superfície; 4- Entrada do Canal de Adução; 5- Canal de Adução; 6- Comporta; 7- Câmara de Carga; 8- Tubulação Adução; 9- Casa de Força; 10- Canal de Restituição; 11- Rio Jaguari; 12- Ponte; 13- Afloramento 452.4

Rochoso. O conjunto arquitetônico e maquinário da PCH Macaco Branco se localizam nos limites entre os municípios de Campinas e Pedreira, no alto do rio Jaguari em platô de aproximadamente 200 metros de extensão erigido no sopé da colina. O Reservatório da Barragem Macaco Branco apresenta dimensões muito pequenas. Barragem de cerca de 77,0 metros de comprimento e altura máxima de 3,50 metros construída em concreto sobre rochas graníticas de boas características geotécnicas. Atualmente a hidrelétrica é um polo de abastecimento da rede energética do leste paulista, não mais restrita ao fornecimento do município de Pedreira. O casario da Usina de Operadores é constituído por duas casas geminadas, quatro casas individuais e grêmio recreativo, além da Casa de Hospedes. O Complexo operacional compõe-se de Canal de Adução de Água construído em pedra e tijolo argamassado, na encosta da margem esquerda, de duas Comportas na Estrutura de Controle, de três Vertedouros de Superfície, de Equipamentos de Regulação de Lâminas, de Câmara de Amortecimento, Câmara de Carga e Tubulação Adução com três condutos forçados em aço. 2) Conjunto Arquitetônico da FAZENDA ROSELRA, Distrito de Joaquim Egídio, Processo de Estudo de Tombamento nº 039/04. A Fazenda Roselra do Jaguari, em

função de sua localização próxima ao rio Jaguari, situa-se no distrito de Joaquim Egídio nas imediações da Usina Hidrelétrica Macaco Branco. O início do século XIX, a referida fazenda teve suas atividades econômicas concentradas na produção de café, dedicando-se após a crise de 1829, a outras atividades como o cultivo do eucalipto. A partir do ano de 2000 foi adquirida por novos proprietários que incentivaram seus familiares no processo das obras de restauro da casa sede e imediações. O conjunto arquitetônico é constituído por casa sede, administração, casa de colonos, mureta divisória da plantação e das edificações, terreiros e tulha. A casa sede da Fazenda Roselva apresenta tipologia arquitetônica de final de século XIX e início do XX, implantada de maneira privilegiada, centralizada e de forma imponente na área. A planta da edificação distribui-se de forma retangular com telhado em duas águas e um corpo frontal coberto com quatro águas. Apresenta alpendre lateral com cobertura independente do telhado principal da residência, estruturado e vedado com pilares, guarda-corpo de madeiras e escada lateral. As janelas e portas da casa se compõem de esquadrias madeira com venezianas externas e folhas duplas com bandeira de vidro, interiores. O terreno se encontra em frente à sede delimitado por mureta e portal principal em tijolos cerâmicos. A INSTÂNCIA MUNICIPAL, por iniciativa do Município de Campinas está sendo proposta a implantação de Reservatório sobre o Rio Atibaia a ser localizada em área entre rios (entre as Bacias Hidrográficas do rio Atibaia e do rio Jaguari). O objetivo do Reservatório é aumentar a Segurança Hídrica aumentando a oferta de água em âmbito Municipal. Verifica-se, desta forma, que a área de influência direta do reservatório que se pretende implantar promove à impacto ambiental, arquitetônico e arqueológico na referida fazenda. Para fins de análise da proposta de intervenção na área para aumento de Segurança de Recurso Hídrico recomendamos que sejam atendidos alguns procedimentos pelo interessado do

452.5 empreendimento público, no que se refere especificamente ao "Conjunto arquitetônico da Fazenda Espírito Santo", em processo de estudo de tombamento. Preliminarmente à realização das obras de construção do reservatório no município de Campinas deverá ser encaminhado ao CONDEPACC o levantamento diagnóstico arqueológico da área em atendimento à Portaria do IPHAN nº 230/2002; essas medidas possibilitarão um registro básico da área diretamente afetada pelo reservatório pretendido. 3) Conjunto Arquitetônico da FAZENDA ESPÍRITO SANTO, distrito de Soanos. Processo de Estudo de Tombamento nº 037/04. Situada em terreno acidentado próximo ao rio Atibaia, apresenta tipologia provável do período de transição entre o engenho e a fazenda de café. O conjunto arquitetônico da Fazenda Espírito Santo compõe-se de casa sede, capela, tulha retangular, wagonete, dependências de nabalhos, terreiros, tanques de lavagem e distribuição do café, estábulos e curral, restos de muros, pomar e jardim. Casa sede de partido rétro, implantada em terreno irregular; disposta em planta retangular alongada, com um corpo posterior coberto em dois planos com telhas cerâmicas do tipo capa e canal. As esquadrias das janelas compõem-se de escovas (folhas cegas) interiores duplas e vidraças externas guilhotinadas. As portas de folhas duplas se encaixam entre batentes avantajados coroados com bandeiras em madeira e vidro. A fachada frontal da residência apresenta alpendre central sustentado por colunas de madeira, cujo telhado se prolonga abaixo do beiral da cobertura principal da casa, protegendo as esquadrias de madeira de portas e janelas. A cobertura apresenta-se em duas águas revestida de telha cerâmica tipo capa e canal e estruturada de madeira. A sustentação da edificação se assemelha a estrutura de gaiola, composta por estelos, baldrames e flechais (técnica da taipa de mão, ou pau-a-pique). Essa estrutura encontra-se apoiada e disposta no embasamento de pedras encravado nos camos com cinchais. Os estábulos, o curral e as dependências de nabalho na fazenda estão implantados e dispostos de maneira a formar um espaço quadrangular contendo então um pátio interno. O piso dos terreiros de café é revestido de lajotas e situam-se em terreno elevado atrás da casa sede da Fazenda Espírito Santo. A tulha original compõe-se de aqueduto instalado em um dos lados da construção, destinado a garantir o provimento da força motriz que fazia girar todas as engrenagens da propriedade. Tirada em nível, normalmente de açudes ou diretamente de barragens em cursos d'água, corria por canaletas a céu aberto, movendo as rodas d'água. A construção da casa de máquinas situa-se em uma área inferior ao terreno, propiciando o transporte do café para as máquinas e tulha. Compõe-se de maquinário da produção caseira, como por exemplo: Catadora de pedras e torções; Roda d'água; Engrenagens de moendas. O traslado do café dos terreiros para a tulha era feito por meio de "decaville track", um sistema de trilho estreito por onde passavam wagonetes (carrocinhos) para facilitar o amacramento dos grãos para então serem levados para a casa das máquinas para beneficiamento, conforme também ocorre na Fazenda São Vicente, situada na área de Carlos Gomes, região norte do município. 4 - REFERENCIAL A OUTROS EXEMPLARES DE FAZENDAS INSERIDOS NO MUNICÍPIO

452.6 QUE CONTEXTUALIZAM OS BENS IMÓVEIS EM QUESTÃO: 1 - FAZENDA BONFIM, distrito de Joaquim Egídio, Processo de Estudo de Tombamento nº 002/90. A configuração espacial da fazenda Bonfim remonta o processo econômico da lavoura cafeeira que perdura até hoje desde final do século XIX. Mais ainda, marca as relações sociais entre o proprietário das terras e seus empregados. A casa sede posicionada no plano mais elevado do relevo revela domínio pleno sobre o restante do conjunto, composto pelos terreiros e todo sistema de lavagem e coleta de café, colônia e tulha. Apresenta planta baixa em "L" e volumetria praticamente íntegra, com poucas alterações, como a presença de terraço acrescentado no longo dos anos na fachada frontal da residência. O corpo frontal apresenta-se assobradado devido implantação de meia encosta, aproveitando o desnível para dar espaço ao pórtico. O embasamento em alvenaria de pedra que apoiava enormes paredes de taipa depois substituídas por alvenaria de tijolos cerâmicos. A casa sede possui mureta externa de tijolos finidos de sua implantação que a divide com a área do pomar e com um grande jardim que circunda todos os lados da edificação. Os terreiros se situam em desnível, no alicive natural do terreno, em frente e ao lado da residência, coroados ambos os lados da entrada triangular central que se encontra enlameada por palmeiras imperiais centenárias. Com o piso revestido com lajotas (com tijolos cerâmicos), se dividem em sucessivos patamares construídos e delimitados por muros de contenção (arrimos) e por uma rede de canaletas de passagem d'água que interligam os terreiros. O sistema de condução e controle do fluxo das águas era bem sofisticado, contendo tanques de lavagem e pequenas coberturas que de deslizam por convênios de clina para baixo dos patamares propiciando o amacramento dos grãos de café no processo de lavagem e secagem (similares a pequenas tulhas mais simplificadas). A forma de implantação dos terreiros define a distribuição e a organização das edificações, privilegiando a posição de destaque à casa sede. As demais construções que compõem o conjunto arquitetônico se encontram distribuídas ao redor do terreno, nos planos abaixo da residência aludindo à forma do quadrilátero. A tulha situa-se no plano abaixo do terreno e apresenta tecnologia construtiva de taipa, mais tarde conjugada à alvenaria de tijolos cerâmicos. O desenho original da tulha do final do século XIX foi alterado a partir da construção de uma capela, no início do século XX, que se encontra perfeitamente

acoplada a uma de suas extremidades. Ao lado da tulha, mais abaixo da capela, existe um pátio de amacramento de produtos agrícolas que mantém as características originais. Conforme o costume encontrado na região, apresenta estrutura com pilares de madeira que se elevam diretamente do solo a fim de permitir a ventilação do produto. A colônia situa-se em encosta de morro, construída em grupos de casas, duas a duas ou em fileiras contínuas. De alvenaria de tijolos cerâmicos, os módulos quase que unidos se conjugam com envidraçados tipo porta e janela. A colônia se encontra distante da residência. Desse conjunto arquitetônico também fazem parte o curral e o estábulo, além do contexto paisagístico formado pelo jardim, pomar e o próprio cafezal. A fazenda Bonfim apresenta uma característica comum

452.7 a outras fazendas cafeeiras da época, como por exemplo, a Fazenda Espírito Santo, a Fazenda das Cabras e a Fazenda São Vicente. A fazenda Bonfim possui uma pequena barragem situada na frente da propriedade no plano inferior ao muro que divide o núcleo da produção e acesso principal à sede com o caminho (estrada) que leva a Campinas. A barragem criada a partir do represamento das águas provenientes de um córrego forma um belíssimo lago contornado de cafezal por todos os lados. O assentamento das construções ao longo de ribeiras e córregos locais facilitou o aproveitamento da água, o que vem afirmar a tendência que as propriedades rurais tinham de geração da própria energia hidráulica para o funcionamento das máquinas de beneficiamento da produção cafeeira. 2 - FAZENDA DAS CABRAS, distrito de Joaquim Egídio, Processo de Estudo de Tombamento nº 016/04. A implantação das construções se configura no espaço de maneira bastante setorizada, contendo junto à sede as dependências administrativas da fazenda, na área da produção, a tulha e casa de máquinas envolvendo os terreiros adjacências e mais distantes da sede, as antigas colônias. A fazenda que anteriormente destinava-se à criação, no final do século XIX, atingiu grande prestígio com a produção do café, chegando a ser o ponto inicial do Ramal Férreo Campineiro, implantado na região de Soanos e Joaquim Egídio, distritos que sediam a linha do nome "da Cabrita" e depois do Bonde. Historicamente, esse conjunto arquitetônico caracterizou-se como um verdadeiro complexo rural, autossuficiente e com perfil de vilarejo. Compunha-se de pequenas construções próximas à sede destinadas ao serviço doméstico, sendo toda essa área delimitada por muros de taipa, pátios e jardins. A planta da casa sede possui medidas avantajadas e apresenta-se em "L". A fachada principal volta-se para a paisagem e encobria-se assobradada, devido à implantação em meia encosta a partir do aproveitamento do relevo natural do local. O restante da edificação de um único pavimento configura-se em forma retangular e abriga a área de serviços da casa. A parte assobradada forma um pórtico no plano inferior, onde possivelmente, abrigou a sinalização da fazenda. O núcleo produtivo da fazenda das Cabras compõe-se de várias construções ligadas ao trabalho e situam-se em uma cota inferior à residência, contornados por um viaduto que os separa da casa sede. A conformação da arquitetura dos armazéns, dos pátios, dos depósitos e das barragens de guarda de ferramentas e utensílios de trabalho etc. configurava uma implantação próxima ao ribeirão facilitando e permitindo a produção cafeeira a partir do funcionamento das máquinas movidas pela energia hidráulica. A casa de máquinas e a tulha encontram-se cercados por uma mureta em taipa formando um quadrilátero com um pátio composto de terreiros, curral, e estábulo. Do ponto de vista da tipologia arquitetônica e, em função da influência que sofreu pós-ferrovia, especialmente a casa de máquinas e a tulha apresentam intervenções posteriores à sua construção original de taipa que foram "encamisadas" de forma ornamental pela alvenaria de tijolos. Acrescido a essas influências está a pintura calada na tonalidade amarelada proporcionando beleza estética à maioria das construções da fazenda das Cabras. A casa de colonos situa-se em um núcleo isolado do produtivo e daquele composto pela

452.8 casa sede e anexos, separada pelo caminho (atual estrada) para Campinas. Implantada fora do contexto original da sede, em terreno plano, as colônias construídas em alvenaria de tijolos cerâmicos apresentam configuração arquitetônica quase sempre rimada em grupos de casas, duas a duas, em módulos do tipo porta e janela. 3 - FAZENDA SÃO VICENTE - região de Carlos Gomes (norte do município). Processo de Tombamento 003/03, Resolução de Tombamento 122/2012. A fazenda São Vicente compõe-se de um conjunto arquitetônico ligado ao ciclo cafeeiro, porém diferenciado dos demais aqui relatados. Implantado no contexto rural, a casa sede apresenta características nitidamente modernas contemporâneas. De tipologia contrastante ao partido da casa rural, se origina de um projeto arquitetônico para uma casa férrea com estilo eclético, com detalhes francesados, com influência Art Nouveau. Com planta baixa retangular, ao invés da antiga varanda, apresenta terraço em forma de "L" formando um volume na fachada térrea de onde se eleva uma escadaria destinada a vencer o vão criado pelo porão alto. Pelo fato da casa ter sido implantada em terreno regularizado (planificado artificialmente), o pé direito se mantém estável com relação ao porão. A tecnologia construtiva adotada é de alvenaria de tijolos com estrutura e fundação autossustentáveis. As envidraçadas de portas e janelas também se sobressaem na composição arquitetônica da casa, feitas de esquadrias de madeira e vidro com vergas cinzas e bandeiras. Apesar da casa sede de ter sido edificada no início do século XX, por volta do ano 1903, existe a teoria de ter havido uma casa anterior àquela situada em local distinto no atual. Evidencia-se esse fato revelado nos demais construções componentes do conjunto, nas tulhas, na casa de máquinas, nos terreiros e nas colônias, inseridas entre muros e dispostas em forma de quadrilátero, onde o pátio interno é constituído pelos terreiros de café. O núcleo produtivo situa-se no lado oposto da residência e encontra-se disposto em total aproveitamento da declividade natural do terreno. A tulha e a casa de máquinas encontram-se edificadas em alvenaria de tijolos cerâmicos e formam quatro módulos em um amplo e único espaço separado por divisórias de madeira, sendo três módulos pertencentes à tulha e, o quarto, à casa de máquinas. Além disso, apresentam sítio e finil para coleta e amacramento dos grãos de café. Construída na meia encosta do terreno, a tulha possui o "decaville track", sistema de trilho estreito por onde passavam wagonetes (carrocinhos) para possibilitar o traslado do café dos terreiros para a tulha, facilitando o amacramento dos grãos para então serem levados para a casa das máquinas para beneficiamento, conforme também ocorre na Fazenda Espírito Santo. O presidente Claudiney Carrasco avalia que pela razão de discussão do Conselho, não se pode tomar tudo. Há uma força tarefa na CSPC para que haja uma posição onde não se prenda imóvel que já tem representatividade histórica em outros exemplares que já foram tombados ou estão em processo de estudo de tombamento como os imóveis do Centro Histórico. Está sendo feita a avaliação de vários conjuntos com o direcionamento de escolha do que de fato é relevante. Hoje é a mesma situação com os imóveis em área rural. Conforme a arquiteta Sandra mostrou há outros exemplares

452.9 representativos do mesmo período histórico, como a Fazenda São Vicente que já está tombada. Outro exemplar bem significativo é a Fazenda Bonfim que tem que ser tombada. A proposta da mesa é que se aproveite a discussão com contrapartidas.

assim como terminar o estudo de todas as fazendas para que se tome de fato o que é relevante. Prossegue dizendo que há necessidade de também fazer um estudo arqueológico da Fazenda Macaco Branco. É favorável ao tombamento para o bem histórico de Campinas, mas isso não impede em absoluto que se peça o estudo arqueológico. Já foi acertada a transferência de todo o material para um local em que a história possa ser preservada. O conselheiro Sérgio Caponi diz que é óbvio que estamos reunidos para tratar de um assunto sério e não temos muito que fazer. Ninguém do Conselho preservaria uma fazenda em detrimento do abastecimento de água. Lembra que os estudos dos Conjuntos Arquitetônicos das Fazendas, um pedido seu, por ser um conjunto, precisa ser cuidadosamente estudado como um todo. Pede ao Conselho, uma vez que tanto a Fazenda Roseira como a Macaco Branco têm com a construção das represas, estadual e municipal, a solução do problema de água, que é sério demais, que não se crie problema, uma vez que há outros conjuntos que representam esse período histórico. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares fala que entende perfeitamente a situação. Não está absolutamente contra a união do espaço. Vem a algum tempo defendendo a ideia de que em vez de cada cidade ter um museu, sejam feitos espaços de memória metropolitanos e que sejam colocados estes aspectos arqueológicos nos novos espaços. Vota a favor da construção das barragens nas fazendas, mas com a ressalva da preservação das tecnologias tradicionais em um espaço de memória. Não há nada na contemporaneidade que substitua a memória. Continuando conta que seu marido é engenheiro eletricitista e esteve em todas as pequenas usinas, portanto, sabe a importância de se preservar a memória tecnológica. Só assim é favorável a utilização do espaço para a construção da represa. O presidente Claudiney Carrasco ressalta que condicionou a liberação do espaço, todavia com a preservação da memória. O Conselho pode fazer uma recomendação e no momento exigir a análise arqueológica. O conselheiro Evandro Ziggiani Monteiro pergunta por que a votação deverá ser em bloco? Cada conjunto apresentado tem particularidades próprias. Não se sente confortável para a votação em bloco. O presidente Claudiney Carrasco explica que ao se barrar um dos estudos propostos para arquivamento, barra todas as futuras construções das represas. O consultor operacional Paulo Tinel comenta que as duas obras, estadual e municipal no futuro serão ligadas por adutora. As duas barragens/represas precisam ser feitas. O conselheiro Herberto Guimarães coloca que deverá ser explicitado que para o bem da sociedade estão sendo arquivados estes processos e que em moção consiste a recomendação da preservação da memória. A conselheira Daisy Serra Ribeiro pondera que o arquivamento será por uma necessidade, um bem maior. Os equipamentos da Usina serão resguardados em um museu. Devemos fazer cumprir a Resolução nº 230 do Iphan que diz respeito à questão arqueológica. Para esta apresentação, como foi mostrado, foi feito o

452,10

comparativo com outras fazendas. A conselheira Olga von Sinowitz diz que há um conjunto grande de fazendas tombáveis. Cabe ao Conselho escolher uma que será a verdadeira representante de como era a vida no Séc. XVIII, Séc. XIX. Em um estudo pela Universidade com as Cidades Históricas do Estado de São Paulo, não se conseguiu ter acesso a estas fazendas. Os alunos não conseguiram chegar até os proprietários. O presidente Claudiney Carrasco pergunta se há alguma contestação do Conselho quanto à apresentação? Com a audiência geral encaminha a discussão em pauta que é o arquivamento dos processos de estudo de tombamento pelos fins expostos pela Sanasa em benefício da sociedade. Na sequência as exigências e sugestões quanto à preservação da memória e a análise arqueológica. Continuando coloca primeiramente em votação o arquivamento em bloco - Aprovada a votação de arquivamento em um bloco só com voto contrário do conselheiro Evandro Ziggiani Monteiro. Na sequência coloca em votação o arquivamento dos Processos de Estudo de Tombamento: 1) Conjunto Arquitetônico da Usina Macaco Branco, Distrito de Souzas - nº 029/04; 2) Conjunto Arquitetônico da Fazenda Roseira, Distrito de Souzas - nº 039/04; 3) Conjunto Arquitetônico da Fazenda Espírito Santo, Distrito de Souzas - nº 037/04 - Aprovado pela maioria o arquivamento dos processos de estudo com a abstenção do conselheiro Evandro Ziggiani Monteiro, com a exigência do Condepacc de um profundo estudo do sítio arqueológico com a garantia de preservação das captações arqueológicas e etnográficas. O Conselho aprova pela maioria o arquivamento dos Processos de Estudo de Tombamento: 1) Conjunto Arquitetônico da Usina Macaco Branco, Distrito de Souzas - nº 029/04; 2) Conjunto Arquitetônico da Fazenda Roseira, Distrito de Souzas - nº 039/04; 3) Conjunto Arquitetônico da Fazenda Espírito Santo, Distrito de Souzas - nº 037/04, com a abstenção do conselheiro Evandro Ziggiani Monteiro, com a exigência do Condepacc de um profundo estudo do sítio arqueológico com a garantia de preservação das captações arqueológicas e etnográficas. O conselheiro Sinval Dorizon avalia que há uma história a ser contada do conjunto de todas as fazendas, portanto, além do estudo arqueológico, deve ser feito um estudo em contrapartida da região das fazendas. O presidente Claudiney Carrasco enfatiza que o Condepacc exige que seja atendida a legislação federal do Iphan quanto ao estudo do sítio arqueológico e etnográfico da área que será inundada, assim como exige sua preservação. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares conta que quando da construção e modernização de Itaipu, as próprias empresas através do BID e BNDES construíram um grande espaço de memória que tinha sido colocado como condição para a recuperação e preservação da memória. O presidente Claudiney Carrasco coloca em regime de votação que se tenha a contrapartida - APROVADA por unanimidade. O consultor operacional da Sanasa Paulo Tinel lembra que são Secretarias distintas, por serem duas instâncias, a municipal e estadual, com duas obras distintas, por isso as compensações também deverão ser distintas. O presidente Claudiney Carrasco informa que a contrapartida deverá ser encaminhada a cada instância

452,11

separadamente. Prossegue dizendo que a reunião se estendeu demais e sugere que o item c da pauta - Apresentação do Processo de Estudo de tombamento nº 002/13 - "Praça de Esporte Horácio Antônio da Costa" - Estádio do Esporte Clube Mogiana, localizado à Rua Engenheiro Cândido Gonide nº 196 (Estação Guanabara da antiga Cia. Mogiana de Estradas de Ferro) - Bairro Guanabara, seja apresentado na próxima reunião, o que é acatado por todos. O Conselho acata a sugestão do presidente Claudiney Carrasco de retirada de pauta do item referente à Apresentação do Processo de Estudo de tombamento nº 002/13 - "Praça de Esporte Horácio Antônio da Costa" - Estádio do Esporte Clube Mogiana, localizado à Rua Engenheiro Cândido Gonide nº 196 (Estação Guanabara da antiga Cia. Mogiana de Estradas de Ferro) - Bairro Guanabara para ser apresentado em próxima reunião. / d - Protocolado nº 15/10/60346 PG. Interessado: Luiz Cláudio Bittencourt. Assunto: solicitação para Abertura de Estudo de Processo de Tombamento do Acervo Documental Permanente do Arquivo Municipal de Campinas. O presidente Claudiney Carrasco explica que o Arquivo Municipal tem documentos temporários que precisam ser guardados por apenas um período de tempo e tem documentos que devem ser realmente preservados. A conselheira Daisy Serra Ribeiro informa que esta é uma proposta de abertura de processo de estudo de tombamento. A Associação Brasileira

de Arquivos (ABAC) tem uma sistemática de organização de arquivamento e expurgo de documentação pública ou privada. Em Arquivo Público, que é um arquivo único, há o tombamento por periodicidade: arquivo corrente com periodicidade de 5 anos; arquivo intermediário com periodicidade de 30 anos e arquivo permanente após 50 anos, que é o arquivo histórico. O pedido de estudo é justamente para os documentos do arquivo histórico permanente: é quase um pleonasmo tombá-los por ser um arquivo, mas há de fato necessidade. O conselheiro Herberto Guimarães comenta que o dono do arquivo é o poder executivo e com o tombamento, os próximos representantes do executivo terão que tomar conta. Caso seja necessário, a população pode cobrar uma preservação digna do arquivo. O poder executivo na figura do prefeito, seja quem for, tem a obrigação de cuidar e caso não o faça haverá responsabilidade civil e política. O conselheiro Sérgio Caponi pergunta sobre as barbaridades que foram feitas com o arquivo que já esteve inclusive no porão do Paço. O arquivo tem que ter um respaldo técnico, pois nele há materiais do Séc. XIX para trás. O presidente Claudiney Carrasco explica que atualmente o arquivo é muito bem organizado e tudo é separado com cuidados especiais. A conselheira Daisy Serra Ribeiro diz que o arquivo permanentemente tem uma legislação própria e está muito bem cuidado. O coordenador, Antonio Galdino, já fez vários cursos, inclusive na Espanha. Prosseguindo esclarece que o Arquivo da Câmara, tombado pelo Condepacc, conforme já informado ao Conselho no ano passado, está sendo digitalizado sob a direção do Centro de Memória da Unicamp. O presidente Claudiney Carrasco informa que o arquivo não está em risco. Esteve por vários anos no Palácio de Cristal e este ano conseguiu tirar de lá e alojar em um prédio provisório no Swiss Park: hoje está mais bem instalado do que estava. E um

452,12

galpão e foi aprovado pela equipe que é bem técnica. No momento está no limite de capacidade de qualidade que temos condições na atualidade. Continuando coloca em votação a abertura de estudo de tombamento do Acervo Documental Permanente do Arquivo Municipal de Campinas - APROVADO por unanimidade. O Conselho APROVA por unanimidade a Abertura de Estudo de Processo de Tombamento do Acervo Documental Permanente do Arquivo Municipal de Campinas. Na sequência o presidente Claudiney Carrasco passa para o EXPEDIENTE: Apreciação da ATA 451 - Aprovada pela maioria e com quatro abstenções. REFERENDO DO CONSELHO - Ciência (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 01 - Protocolado nº 15/10/48182 PG. Interessado: Antônio José de Pinho Júnior. Assunto: solicitação para reforma do imóvel à Rua Antônio Cesarino nº 943 - Processo de Tombamento nº 006/05. Resolução nº 096/10. No aguardo de entrega de novo projeto de acordo com as orientações de técnicos da CSPC. O Conselho referencia ciência do aguardo de entrega de novo projeto de acordo com as orientações de técnicos da CSPC para reforma do imóvel à Rua Antônio Cesarino nº 943 - Processo de Tombamento nº 006/05. Resolução nº 096/10. / 02 - Resolução nº 147/2016 - Processo de Tombamento nº 01/00 - "Varzea próxima à mata Santa Genebra". O Conselho referencia ciência da Resolução nº 147/2016 - Processo de Tombamento nº 01/00 - "Varzea próxima à mata Santa Genebra". / 03 - Notificação entregue (Centro de Saúde do Estado de São Paulo), indicando ao proprietário ou responsável pelo imóvel à Avenida Orosimbo Maia nº 75 esquina com Rua José Paulino nº 1698, a suspensão imediata de qualquer tipo de intervenção - limpeza, reforma, manutenção, consolidação, demolição ou qualquer outra figura administrativa a respeito de bem tombado conforme Processo nº 35/08, Resolução nº 143/15. O Conselho referencia ciência de notificação entregue (Centro de Saúde do Estado de São Paulo), indicando ao proprietário ou responsável pelo imóvel à Avenida Orosimbo Maia nº 75 esquina com Rua José Paulino nº 1698, a suspensão imediata de qualquer tipo de intervenção - limpeza, reforma, manutenção, consolidação, demolição ou qualquer outra figura administrativa a respeito de bem tombado conforme Processo nº 35/08. Resolução nº 143/15. / 04 - Solicitação nº 69/0285/16 - Coordenadoria da Estação Cultura. Interessado: Coordenadoria da Estação Cultura - SMC. Assunto: solicitação de autorização para intervenção emergencial em prédio tombado do Complexo Ferroviário Central - FEPASA - Estação Cultura. Processo nº 004/90. Resolução 137/15 (que revogou a Res. 04/90). Parecer favorável da CSPC quanto às obras de reparo que deverão ser realizadas de maneira metódica, cuidadosa e acompanhadas pelos técnicos da CSPC, pois se trata de sanitários originais compostos de elementos de difícil reposição. O Conselho referencia ciência de parecer favorável da CSPC quanto às obras de reparo que deverão ser realizadas de maneira metódica, cuidadosa e acompanhadas pelos técnicos da CSPC, pois se trata de sanitários originais compostos de elementos de difícil reposição - prédio tombado Complexo

452,13

Ferroviário Central - FEPASA - Estação Cultura. Processo nº 004/90. Resolução 137/15 (que revogou a Res. 04/90). / 05 - Imóvel à Avenida Andrade Neves, 620, QT. 11/15, lote 18 - Processo nº 11/15 - publicação de edital de arquivamento de processo de estudo. Assunto: este imóvel estava incluído no Conjunto do Inventário Central, mas houve um incêndio e não pode entrar no tombamento. O Conselho referencia ciência de publicação de edital de arquivamento de processo de estudo de tombamento Imóvel à Avenida Andrade Neves, 620, QT. 11/15, lote 18 - Processo nº 11/15 (este imóvel estava incluído no Conjunto do Inventário Central, mas houve um incêndio e não pode entrar no tombamento). / 06 - Ofício nº 75/2016 (PRM-CPQ-SP-00000524/2016). Interessado: Ministério Público Federal em Campinas e Região - SP. Assunto: comunicado de arquivamento de PP IC nº 1.34.004.000847/2012-62 instaurado pelo Ministério Público conforme fundamentos expostos no documento - "o melhor que se impõe é o arquivamento do Inquérito Civil, já que após análise dos autos e das informações prestadas pelos interessados, há indícios de que os problemas apontados foram sanados". O Conselho referencia ciência de comunicado de arquivamento de PP IC nº 1.34.004.000847/2012-62 instaurado pelo Ministério Público conforme fundamentos expostos no documento - "o melhor que se impõe é o arquivamento do Inquérito Civil, já que após análise dos autos e das informações prestadas pelos interessados, há indícios de que os problemas apontados foram sanados". / 07 - Protocolado nº 2015/402279 PL. Interessado: Subprefeitura de Joaquim Egídio. Assunto: solicitação de reforma da ponte da trilha que acompanha o rio córrego (bonde) na altura do Km 1400, devido a situação de perigo de desmoronamento devido às últimas chuvas de grande intensidade. Processo de Tombamento nº 09/94. Resolução 44/04. Parecer favorável autorizando a reforma por questão de emergência, tendo, contudo acompanhamento pela CSPC. Reforma já executada de acordo com as orientações. O Conselho referencia ciência de parecer favorável autorizando a reforma por questão de emergência, tendo, contudo acompanhamento pela CSPC. Reforma já executada de acordo com as orientações em Ponte da trilha que acompanha o rio córrego (bonde) na altura do Km 1400. Processo de Tombamento nº 09/94. Resolução 44/04. Ramal Férreo Campinas. Distrito de Souzas. / 08 - Protocolado nº 16/10/7496 PG. Interessado: B. Administração de Bens Próprios. Assunto: solicitação de retificação/correção de identificação de imóvel localizado à Rua Barão de Jaguara nº 1148, QT. 00013, que consta no Diário Oficial do Município do dia 23 de dezembro de 2015 como lote 30. Conforme DDC Seplan o lote é nº 24. Parecer favorável da CSPC uma

5620

vez que a solicitação procede. Retificação efetuada. O Conselho referenda ciência de parecer favorável da CSPC uma vez que a solicitação procede. Retificação: concessão de identificação de imóvel localizado à Rua Barão de Jaguará n.º 1148, QT. 00013, que consta no Diário Oficial do Município do dia 23 de dezembro de 2015 como lote 30. Conforme DIDC SEPLAN o lote é n.º 24. REFERENDO DO CONSELHO aos pareceres favoráveis da CSPC (ficando 452.14

aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 09 - Protocolado n.º 15/10/59116 PG. Interessado: Silvia Bastos Rittner. Assunto: solicitação de instalação de loteamento residencial Bela Aliança, localizado na Gleba I, QT. 5690 (Fazenda Bela Aliança), Avenida John Boyd Dunlop, Bairro Campo Grande, área onde está inserida uma Mata em Estudo de Tombamento, conforme Processo n.º 04-03, Conjunto de Áreas Verdes Naturais, item n.º 100, denominado Granja Bela Aliança. Parecer favorável da CSPC ao pretendido considerando que o projeto prevê a preservação total do maciço (12,23 ha) e seu entorno, muitas vezes maior que os 30 metros previstos de obrigatoriedade como área "non aedificandi". Cabendo ressaltar que o empreendimento deve manter e preservar todas as características do maciço florestal em estudo. O Conselho referenda e aprova conforme parecer favorável da CSPC ao pretendido considerando que o projeto prevê a preservação total do maciço (12,23 ha) e seu entorno, muitas vezes maior que os 30 metros previstos de obrigatoriedade como área "non aedificandi". Cabendo ressaltar que o empreendimento deve manter e preservar todas as características do maciço florestal em estudo. / 10 - Protocolado n.º 16/10/2320 PG. Interessado: Antonio Carlos Tozzi. Assunto: solicitação para demolição de imóvel na Avenida Anchieta n.º 235, lote 034. Parecer favorável quanto à demolição uma vez que o imóvel em questão não está listado em Processo de Estudo de Tombamento ou Processo de Tombamento. Está regulamentado pelo Decreto n.º 10.424 de 06 de maio de 1991, Resolução n.º 001/88, que cita no artigo 3º, Inciso 8, Parágrafo III, QT. 090, que determina que o gabarito para novas construções deva permanecer como (ZP 2), cujo projeto deverá ser encaminhado e analisado para prévia autorização do Condepacc. O Conselho referenda e aprova conforme parecer favorável da CSPC quanto à demolição uma vez que o imóvel em questão não está listado em Processo de Estudo de Tombamento ou Processo de Tombamento. Está regulamentado pelo Decreto n.º 10.424 de 06 de maio de 1991, Resolução n.º 001/88, que cita no artigo 3º, Inciso 8, Parágrafo III, QT. 090, que determina que o gabarito para novas construções deva permanecer como (ZP 2), cujo projeto deverá ser encaminhado e analisado para prévia autorização do Condepacc. O Conselho referenda e aprova conforme parecer favorável da CSPC quanto à demolição uma vez que o imóvel em questão não está listado em Processo de Estudo de Tombamento ou Processo de Tombamento. Está regulamentado pelo Decreto n.º 10.424 de 06 de maio de 1991, Resolução n.º 001/88, que cita no artigo 3º, Inciso 8, Parágrafo III, QT. 090, que determina que o gabarito para novas construções deva permanecer como (ZP 2), cujo projeto deverá ser encaminhado e analisado para prévia autorização do Condepacc. O Conselho referenda e aprova conforme parecer favorável da CSPC quanto à demolição uma vez que o imóvel em questão não está listado em Processo de Estudo de Tombamento ou Processo de Tombamento. Está regulamentado pelo Decreto n.º 10.424 de 06 de maio de 1991, Resolução n.º 001/88, que cita no artigo 3º, Inciso 8, Parágrafo III, QT. 090, que determina que o gabarito para novas construções deva permanecer como (ZP 2), cujo projeto deverá ser encaminhado e analisado para prévia autorização do Condepacc. / 11 - Protocolado n.º 16/10/2322 PG. Interessado: Antonio Carlos Tozzi. Assunto: solicitação para demolição de imóvel na Avenida Anchieta n.º 247, lote 038. Parecer favorável quanto à demolição uma vez que o imóvel em questão não está listado em Processo de Estudo de Tombamento ou Processo de Tombamento. Está regulamentado pelo Decreto n.º 10.424 de 06 de maio de 1991, Resolução n.º 001/88, que cita no artigo 3º, Inciso 8, Parágrafo III, QT. 090, que determina que o gabarito para novas construções deva permanecer como (ZP 2), cujo projeto deverá ser encaminhado e analisado para prévia autorização do Condepacc. O Conselho referenda e aprova conforme parecer favorável da CSPC quanto à demolição uma vez que o imóvel em questão não está listado em Processo de Estudo de Tombamento ou Processo de Tombamento. Está regulamentado pelo Decreto n.º 10.424 de 06 de maio de 1991, Resolução n.º 001/88, que cita no artigo 3º, Inciso 8, Parágrafo III, QT. 090, que determina que o gabarito para novas construções deva permanecer como (ZP 2), cujo projeto deverá ser encaminhado e analisado para prévia autorização do Condepacc. / 12 - Protocolado n.º 15/03/31169 PPA. Interessado: Borghi Agrícola e Comercial S/A. Assunto: solicitação para isenção de IPTU de imóvel à Rua Regente Feijó n.º 1087, Centro, QT. 1014, lote 01, Processo de Tombamento n.º 001/88, Resolução n.º 03/90. Parecer favorável da CSPC à solicitação de isenção de IPTU após vistoria realizada por técnico da CSPC quando da conclusão de serviços de recuperação de pintura na fachada (aprovada em 19/11/15, Ata 449). O Conselho referenda e aprova conforme parecer favorável da CSPC à solicitação de isenção de IPTU após vistoria realizada por técnico da CSPC quando da conclusão de serviços de recuperação de pintura na fachada (aprovada em 19/11/15, Ata 449). / 13 - Protocolado n.º 15/03/08267 PCV. Interessado: Câmara Municipal de Campinas. Assunto: solicitação de obra de acessibilidade na calçada em frente à Estação Cultura situada à Praça Marechal Floriano Peixoto s/n. Centro, bem tombado conforme Processo n.º 04/89, Resolução n.º 137/15 (que revoga a Resolução n.º 04/90), Complexo Ferroviário Central. Parecer favorável da CSPC ao pretendido conforme orientações e projeto anexo elaborado por técnicos da CSPC. O Conselho referenda e aprova conforme parecer favorável da CSPC ao pretendido conforme orientações e projeto anexo elaborado por técnicos da CSPC. / 14 - Protocolado n.º 15/10/43364 PG. Interessado: Departamento de Águas e Energia Elétrica. Assunto: solicitação de aprovação de projeto de Barragem Pedreira e Duas Pontes, do Rio Jaguari, submetido pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, item n.º 58 (59, 61 e 62) do Processo de Estudo de Tombamento n.º 04/03. Parecer favorável da CSPC tendo em vista a necessidade de abastecimento de água da região de Campinas, sendo que o programa terá um programa de regeneração e enriquecimento vegetal composta por espécies nativas da região e que as matas em processo de tombamento serão preservadas em sua maior extensão, além de receberem conexões de matas. O Conselho referenda e aprova conforme parecer favorável da CSPC tendo em vista a necessidade de abastecimento de água da região de Campinas, sendo que terá um programa de regeneração e enriquecimento vegetal composta por espécies nativas da região e que as matas em processo de tombamento serão preservadas em sua maior extensão, além de receberem conexões de matas. / 15 - Protocolado n.º 16/10/02290 PG. Interessado: Coordenadoria Especial da Zeladoria do Centro da Cidade - SMSP. Assunto: solicitação para extração de vegetação e conservação do Monumento Comemorativo do II Centenário do Café no Brasil 1927-1927. Processo de Tombamento n.º 11/91, Resolução n.º 69/08, bem como a elaboração de Projeto Básico e orientação para contratação de profissional especializado. Parecer favorável da CSPC ao solicitado, com projeto básico elaborado e orientação para contratação de profissional especializado (projeto básico e indicação de profissionais anexos). O Conselho referenda e aprova conforme parecer favorável da CSPC ao solicitado, com projeto básico elaborado e orientação para 452.16

contratação de profissional especializado (projeto básico e indicação de profissionais anexos). / 16 - Protocolado n.º 16/10/5217 PG. Interessado: Fabio Hideki Nagato. Assunto: solicitação de regularização de gabarito de altura de imóvel em imóvel à Rua General Osório n.º 216, QT. 23, lote 23, inserido em área envolvente de bem tombado pelo Condepacc, conforme Resolução n.º 125/2015, Processo de Tombamento n.º 04/89, Complexo Ferroviário Central. Parecer favorável da CSPC ao pretendido, ou seja, à regularização da Zona de Proteção 1 (gabarito de altura máximo de 8,00 metros) para a Zona de Proteção 2 (gabarito de altura máximo de 11,00 metros), uma vez que a alteração do gabarito de altura não interferirá na visibilidade e legibilidade dos bens tombados constantes na Resolução 137/2015. Porém, ressaltamos que qualquer intervenção que se pretenda promover no imóvel deverá ser precedida de projeto arquitetônico a ser submetido à análise e deliberação do Condepacc. Salientamos que o interessado deverá encaminhar a esta CSPC a documentação do projeto original (planta baixa e implantação) do imóvel em questão a fim de subsidiar a presente solicitação. O Conselho referenda e aprova conforme parecer favorável da CSPC à regularização da Zona de Proteção 1 (gabarito de altura máximo de 8,00 metros) para a Zona de Proteção 2 (gabarito de altura máximo de 11,00 metros), uma vez que a alteração do gabarito de altura não interferirá na visibilidade e legibilidade dos bens tombados constantes na Resolução 137/2015. Porém, ressaltamos que qualquer intervenção que se pretenda promover no imóvel deverá ser precedida de projeto arquitetônico a ser submetido à análise e deliberação do Condepacc. Salientamos que o interessado deverá encaminhar a esta CSPC a documentação do projeto original (planta baixa e implantação) do imóvel em questão a fim de subsidiar a presente solicitação. REFERENDO DO CONSELHO aos pareceres contrários da CSPC (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 17 - Protocolado n.º 16/10/1569 PG. Interessado: Rosângela Alves da Rocha Prado. Assunto: solicitação de demolição de imóvel sito à Rua Lusitana n.º 1553, lote 11, QT. 183, imóvel preservado conforme Resolução n.º 01/88 e Decreto n.º 10424/91. Parecer contrário da CSPC em função das injunções legais que recaem sobre o aludido imóvel. O Conselho referenda e julga conforme parecer contrário da CSPC ao solicitado em função das injunções legais que recaem sobre o aludido imóvel. COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS: A conselheira Regina Márcia Moura Tavares diz que comentou em reunião do ano passado sobre a aprovação pela Câmara Municipal de uma lei sobre políticas afirmativas com a homenagem através de instalação em ruas de placas biográficas de personalidades negras que emprestam os nomes a locais históricos de Campinas. Projeto "Ruas de Histórias Negras". Em seu ponto de vista acredita que se vai ser feito para um grupo tem que ser feito para todos. Como o Condepacc pode instruir esse assunto? O presidente Claudiney Carrasco explica que o vereador Carlião faz parte do movimento negro e pode apresentar a lei como quiser. Quem quiser pode procurar outro vereador para fazer uma emenda e complementar a já existente ou fazer outra lei. A conselheira Olga von Simon coloca que o vereador Carlião é 452.17

do Movimento Negro e não vai lutar pela elite branca. O presidente Claudiney Carrasco diz que este é um assunto polêmico, é um assunto a ser discutido na Câmara. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares fala que a sua solicitação de registro do livro Brinquedos e Brincadeiras não veio até hoje em pauta. A conselheira Daisy Serrão Ribeiro informa que o registro tem uma série de questionários que o proponente tem que responder, assim como o próprio interessado tem que fazer levantamento em campo com os grupos que ainda estão utilizando a proposta. O presidente Claudiney Carrasco solicita que a CSPC faça uma reunião com a professora Regina Márcia. O conselheiro Sérgio Caponi pede que a técnica da CSPC Fabíola Rodrigues fale sobre o lançamento de seu livro. A técnica da CSPC Fabíola Rodrigues agradece a lembrança e informa que conforme convite enviado, hoje haverá o lançamento de seu livro de poesias "Carta Náutica das Desimportâncias. É um momento muito especial, pois relata sua vivência africana de uma maneira bastante poética. O conselheiro Pe. José Eduardo Meschatti solicita que sejam trocadas as fechaduras das portas deste ambiente que está com problema para que possam ser fechadas no decorrer da reunião minimizando ruídos externos. Nada mais havendo, o presidente Claudiney Rodrigues Carrasco agradece a todos e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barbas de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo Condepacc. Campinas, 17 de março de 2016. 452.18

Campinas, 12 de abril de 2016

CLAUDINEY RODRIGUES CARRASCO
Secretário Municipal de Cultura
Presidente do Condepacc

EXPEDIENTE DESPACHADO PELO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA

Protocolado: n.º 15/10 00726

Interessado: Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública
Referência: Registro Eletrônico n.º 046/2015.

Objeto: Registro de Preço de Serviço de Buffet, Brunch, Coquetel e Fornecimento de Alimentos Preparados (Kit Lanches e Marmiteix).

Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e ao disposto no artigo 8º, do Decreto Municipal n.º 18.099/2013, AUTORIZO, a despesa no valor total de R\$ 10.753,00 (dez mil, setecentos e cinquenta e três reais), sendo R\$ 4.298,00 (quatro mil, duzentos e noventa e oito reais) a favor da empresa TMS SERVIÇOS LTDA. - EPP, conforme Ata de Registro de Preços n.º 172/2015 e R\$ 6.455,00 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais) a favor da empresa MANEQUINHO DE CAMPINAS - ROTISSERIE E PANIFICADORA LTDA. - EPP, conforme Ata de Registro de Preços n.º 173/2015.

Publique-se na forma da lei.

Campinas, 13 de abril de 2016

CLAUDINEY RODRIGUES CARRASCO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROTOCOLADO N.º 14/10/35.548

Assunto: fornecimento parcelado de gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Interessada: Secretaria Municipal de Educação

DESPACHO: Diante dos elementos que constam nos autos, AUTORIZO:

1. O aditamento ao Contrato n.º 131/2015 celebrado entre o Município de Campinas e Claudio Antonio Alves Cordaro, para que onde consta o CPF n.º 007.515.948-14 passe a constar o CNPJ n.º 11.039.700/0001-06.

2. Ficam mantidas todas as demais condições pactuadas no referido instrumento.

3. A CSFA SMA para a formalização do Termo Aditivo.

Campinas, 13 de abril de 2016

SOLANGE VILLON KOHN FELICER
Secretária Municipal de Educação

06.01.10.03

Ofício nº 820/2016/SRE-ANA
Documento nº: 00000.030114/2016-50

Brasília, 25 de maio de 2016.

Ao Senhor
Celso Mjnoru Aoki
Diretor
Departamento de Águas e Energia Elétrica -DAEE
Rua Boa Vista, 170/175
01014-000 – São Paulo – SP

Assunto: Dispensa de Certificado de Avaliação da Sustentabilidade de Obra Hídrica – CERTOH dos Projetos das barragens Duas Pontes e Pedreira, no Estado de São Paulo
Referência: processos 02501.001979/2015-11 e 02501.001980/2015-37

Senhor! (a) Diretor,

1. Acusamos recebimento dos ofícios DEP/Nº 009/2016 e DEP/Nº 010/2016, protocolizados na ANA sob o nº 00000.029658/2016, referente à documentação complementar dos pedidos de emissão de Certificado de Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH, para os Projetos das barragens Duas Pontes e Pedreira, no Estado de São Paulo.
2. Informamos que o CERTOH se destina a certificar a sustentabilidade hídrica e operacional de obras de infraestrutura hídrica para **reservação ou adução de água bruta a serem implantadas ou financiadas, no todo ou em parte, com recursos financeiros da União**, cujos valores sejam iguais ou superiores a R\$ 10.000.000,00.
3. Os recursos para as barragens serão oriundos de financiamento do Governo do Estado de São Paulo junto à CAF – Corporação Andina de Fomento e a título de contrapartida, recursos do Estado de São Paulo. Portanto não haverá recursos financeiros da União para os dois projetos.
4. Assim, entende-se que os projetos propostos não se enquadram nas características para exigência de CERTOH, estando dispensados do mesmo.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES
Superintendente de Regulação

15:08 01/06/2016 001190 PORTAL-GERAL/AGE

1 Os documentos destinados a ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço www.ana.gov.br

Sector Policial - Área 5 - Quadra 3 - Blocos "B", "L", "M" e "T" - Brasília-DF, CEP 70810-200 - telefone (61) 2109-5400
e-mail: doas@ana.gov.br - página eletrônica: www.ana.gov.br

Memorando nº 151/2016-SCG/ANEEL

Em 19 de maio de 2016.

Ao Procurador-Geral
Marcelo Escalante Gonçalves

Assunto: Solicitação de Parecer Jurídico a respeito de futura afetação de aproveitamentos hidrelétricos nos rios Jaguari e Camanducaia, no Estado de São Paulo.

1. Recebemos da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo o Ofício nº 0261/2016¹, no qual consta consulta a respeito da futura afetação de dois aproveitamentos hidrelétricos, UHE Macaco Branco e PCH Feixos, localizados respectivamente nos rios Jaguari e Camanducaia.
2. De acordo com esta Secretaria, a afetação em questão ocorrerá quando da construção de dois reservatórios, Pedreira e Duas Pontes, necessários ao abastecimento de água da região metropolitana de Campinas, o que beneficiará toda a Macrometrópole Paulista, que abrange, além desta região, as regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba-Litoral Norte, Jundiaí, Piracicaba e Sorocaba.
3. Importa mencionar que, de acordo com pesquisas realizadas pela SCG, tanto o rio Jaguari quanto o rio Camanducaia são de domínio federal, cabendo, à ANA, nos termos do inciso IV do Art. 4º da Lei nº 9.984/2000, a competência pela outorga dos recursos hídricos.
4. A UHE Macaco Branco está, atualmente, outorgada com 2.363 kW à CPFL Geração de Energia S.A.. Esta usina foi prorrogada por 30 anos nos termos da Lei nº 12.783/2013 com termo final da concessão em 31/12/2042, sendo que a energia dela proveniente foi transformada em cotas destinadas às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN). Cumpre observar que a outorga original foi para um trecho do rio Jaguari onde se localiza essa usina, nos termos do Decreto nº 30.690, de 28 de março de 1952.
5. Por sua vez, a PCH Feixos, que possui 1.150 kW, e que entrou em operação em 11 de janeiro de 2011, conforme consta do Despacho nº 70/2011-SFG/ANEEL, foi autorizada a Companhia Energética Salto do Lobo, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.323/2010-ANEEL, de 16 de março de 2010, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE).

¹ SIC nº 48513.003318/2016-00

48524.005502/2016-00



(Fls. 2 do Memorando nº 151/2016-SCG/ANEEL, de 19/5/2016)

6. Considerando o que dispõe a Lei nº 9.433/1997, que o abastecimento humano é uso prioritário frente a outros usos dos recursos hídricos, consultamos a Procuradoria Federal junto à ANEEL (PF) quanto aos procedimentos legais a serem adotados no presente caso, com vistas a subsidiar a instrução do Processo pela SCG, notadamente - mas não exclusivamente - em relação aos seguintes pontos:

a - confirmada a afetação das hidrelétricas citadas, ficaria o Governo do Estado de São Paulo obrigado a ressarcir a CPFL Geração de Energia S.A. e a Companhia Energética Salto do Lobo pelas perdas de geração?

b - da mesma forma, confirmada a afetação, caso a UHE Macaco Branco seja totalmente afogada, o Governo do Estado de São Paulo deveria indenizar a CPFL Geração de Energia S.A. pelos ativos a ela vinculados e as distribuidoras pelas respectivas cotas?

c - quanto à PCH Feixos, por se tratar de um PIE, caso seja totalmente afogada, qual seria a responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo relativamente à companhia Energética Salto do Lobo?

7. Adicionalmente, a fim de subsidiar a análise da Procuradoria, cabe ponderar, considerando que as duas usinas tem potência instalada inferior a 3.000 kW, acerca da aplicabilidade do art. 110 da Lei nº 13.097/2015, vencido o prazo das concessões ou autorizações aplica-se o disposto no art. 8º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

8. Por fim, importante observar que a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos requereu urgência dessa demanda, tendo em vista risco de desabastecimento hídrico em caso de atrasos.

Atenciosamente,

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA
ELÉTRICA
COORDENADORIA DE OUTORGAS E TARIFAS

PARECER n. 00277/2016/PFANEEL/PGF/AGU

NUP: 48524.005502/2016-10

INTERESSADOS: Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG

ASSUNTOS: Solicitação de Parecer Jurídico a respeito de futura afetação de aproveitamentos hidrelétricos nos rios Jaguari e Camanducaia, no Estado de São Paulo

EMENTA: Implantação reservatórios do Sistema Produtor da Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PCJ pelo estado de São Paulo. Possibilidade de afetação de dois empreendimentos hidrelétricos, UHE Macaco Branco. Prorrogação de acordo com a Lei n. 12.783/2013. Sistema de cotas. PCH Feixos. Produtor independente de energia. Responsabilidade objetiva do estado. Comprovação conduta estatal, dano e nexo causal. Possibilidade, em tese, de indenização.

1. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG por meio do Memorando nº 151/2016-SCG/ANEEL, solicita a emissão de parecer desta Procuradoria acerca da futura afetação de dois aproveitamentos hidrelétricos, UHE Macaco Branco e PCH Feixos, localizados respectivamente nos rios Jaguari e Camanducaia, em virtude da construção de dois reservatórios, Pedreira e Duas Pontes, necessários ao abastecimento de água da região metropolitana de Campinas, o que beneficiará toda a Macrometrópole Paulista, que abrange, além desta região, as regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba-Litoral Norte, Jundiaí, Piracicaba e Sorocaba.

I – DOS FATOS

2. De acordo com o Memorando n. 151/2016-SCG/ANEEL, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, por meio do Ofício nº 0261/2016, informou à ANEEL sobre a futura afetação de

dois aproveitamentos hidrelétricos, UHE Macaco Branco e PCH Feixos, localizados respectivamente nos rios Jaguari e Camanducaia,

3. O estado de São Paulo afirma que o Sistema Produtor da Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - PCJ, que o Governo do Estado de São Paulo pretende implantar, como uma das principais medidas para garantir o abastecimento de água, afetado pela mais grave crise hídrica da história, que atingiu seu momento crítico no ano 2014, no qual, a redução de oferta de água se elevou a níveis preocupantes e poucas vezes vistos.

4. O Sistema Produtor consiste da implantação das Barragens Duas Pontes e Pedreira, localizadas respectivamente no rio Camanducaia, no município de Amparo, e no rio Jaguari, nos municípios de Campinas e Pedreira, que proporcionará um expressivo ganho na disponibilidade hídrica de 9 m³/s, com 98% de garantia, considerando os dois empreendimentos.

5. Esclarece, também, que o empreendimento já dispõe de projeto executivo, decreto de utilidade pública das áreas a serem desapropriadas, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA e protocolo de pedido de emissão de licença prévia junto ao órgão competente. Aduz que a sua implantação tem prazo estimado de 36 meses e conta com recursos advindos de operação de crédito externo e recursos próprios, já assegurados pelo Governo do Estado em sua lei orçamentária.

6. Acrescenta que as áreas de inundação previstas no projeto executivo das barragens atingem dois empreendimentos hidrelétricos, com funcionamento autorizado pelo Governo Federal, quais sejam: 1. Concessão à Empresa Hidro Elétrica Jaguari S.A para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Jaguari, entre os municípios de Campinas e Pedreira, no Estado de São Paulo - Decreto N° 30.690, de 28/03/1952 (concessão transferida para CPFL Geração de Energia S.A, pela REA 5.463, de 22/09/2015); e 2. Resolução Autorizativa n° 2.323, autoriza a Companhia Energética Salto do Lobo Ltda, a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Pequena Central Hidrelétrica Feixos, com 1.300 kw de potência instalada, localizada no Município de Amparo, Estado de São Paulo.

7. Solicita, por fim, orientação a respeito dos procedimentos a serem adotados para a remoção dos citados empreendimentos e, dessa forma, eliminar obstáculos à implantação das barragens.

8. A SCG consultou a PF/ANEEL sobre as consequências da futura implantação dos dois reservatórios, Pedreira e Duas Pontes, necessários ao abastecimento de água da região metropolitana de Campinas, o que deverá afetar o funcionamento de dois aproveitamentos hidrelétricos - UHE Macaco Branco e PCH Feixos.

9. Os questionamentos apresentados pela SCG são os seguintes:

a - confirmada a afetação das hidrelétricas citadas, ficaria o Governo do Estado de São Paulo obrigado a ressarcir a CPFL Geração de Energia S.A. e a Companhia Energética Salto do Lobo pelas perdas de geração?

b – da mesma forma, confirmada a afetação, caso a UHE Macaço Branco seja totalmente afogada, o Governo do Estado de São Paulo deveria indenizar a CPFL Geração de Energia S.A. pelos ativos a ela vinculados e as distribuidoras pelas respectivas cotas?

c – quanto à PCH Feixos, por se tratar de um PIE, caso seja totalmente afogada, qual seria a responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo relativamente à companhia Energética Salto do Lobo?

10. É o relatório. Passo a analisar.

II – ANÁLISE

II. 1 – Da responsabilidade civil do estado

11. A UHE Macaco Branco está, atualmente, outorgada com 2.363 kW à CPFL Geração de Energia S.A. Esta usina foi prorrogada por 30 anos nos termos da Lei nº 12.783/2013 com termo final da concessão em 31/12/2042, sendo que a energia dela proveniente foi transformada em cotas destinadas às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN). Cumpre observar que a outorga original foi para um trecho do rio Jaguari onde se localiza essa usina, nos termos do Decreto nº 30.690, de 28 de março de 1952.

12. Por sua vez, a PCH Feixos, que possui 1.150 kW, e que entrou em operação em 11 de janeiro de 2011, conforme consta do Despacho nº 70/2011-SFG/ANEEL, foi autorizada a Companhia Energética Salto do Lobo, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.323/2010-ANEEL, de 16 de março de 2010, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE).

13. A questão que se apresenta à Procuradoria diz respeito à afetação de empreendimentos hidrelétricos objeto de concessão e de autorização, respectivamente, pela futura instalação de reservatórios, Pedreira e Duas Pontes, necessários ao abastecimento de água do estado de São Paulo.

14. O cerne do problema reside em saber como solucionar as perdas que podem vir a experimentar os outorgados para produção de energia elétrica diante da implantação dos reservatórios para abastecimento de água pelo estado de São Paulo.

15. Importante destacar que a ANEEL não detém competência para avaliar a necessidade da implantação do empreendimento pelo estado de São Paulo, nem está se propondo a tal fim.

16. O que se está analisando é a situação dos empreendimentos hidrelétricos que podem ser afetados pela utilização dos reservatórios pelo estado de São Paulo.

17. O ponto crucial para elucidação da questão passa pela compreensão da

responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público.

18. O Poder Público sujeita-se à responsabilidade objetiva, cujo fundamento é a teoria do risco administrativo, ou seja, caso a União, Estados-membros ou Municípios, venham a causar dano no desempenho de suas atividades, estão obrigados a reparar os prejuízos por meio de indenização, sem a necessidade de comprovação da existência de culpa.

19. Os elementos imprescindíveis para a responsabilização civil do Estado são os seguintes: fato administrativo, dano e nexo causal entre o fato e o dano causado.

20. A Constituição Federal no art. 37, § 6º[1], consagra a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, na qual não se exige a demonstração de culpa.

21. O Código Civil de 2002 reiterou a adoção dessa teoria, ao dispor no art. 43, que "as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo".

22. Passo a analisar os pressupostos da teoria da responsabilidade objetiva do Estado.

23. O primeiro deles, o fato administrativo, assim considerado, segundo Carvalho Filho[2], como qualquer forma de conduta, comissiva ou omissiva, legítima ou ilegítima, singular ou coletiva, atribuída ao Poder Público".

24. O segundo requisito é o dano. Este pode ser material ou moral. Há necessidade de comprovação da existência de prejuízo causado pela conduta estatal para que haja indenização.

25. Por último, deve restar comprovada a ocorrência do nexo causal, ou seja, a relação de causalidade entre o fato administrativo e o dano. O lesionado deve comprovar que a conduta estatal resultou o dano, prejuízo, independentemente da existência de dolo ou culpa.

26. Ressalta Carvalho Filho que inclusive decisões lícitas dos governos são passíveis, em alguns casos, de ensejar a obrigação indenizatória por parte do Estado[3].

27. Nesse sentido, segue julgado do STF:

CONSTITUCIONAL. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. C.F., 1967, art. 107. C.F/88, art. 37, par-6º I. A responsabilidade civil do Estado, responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, que admite pesquisa em torno da culpa do particular, para o fim de abrandar ou mesmo excluir a responsabilidade estatal, ocorre, em síntese, diante dos seguintes requisitos: a) do dano; b) da ação administrativa; c) e desde que haja nexo causal entre o dano e a ação administrativa. A consideração no

sentido da licitude da ação administrativa e irrelevante, pois o que interessa, e isto: sofrendo o particular um prejuízo, em razão da atuação estatal, regular ou irregular, no interesse da coletividade, e devida a indenização, que se assenta no princípio da igualdade dos ônus e encargos sociais. II. Ação de indenização movida por particular contra o Município, em virtude dos prejuízos decorrentes da construção de viaduto. Procedência da ação. III. R.E. conhecido e provido.

(RE 113587, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 18/02/1992, DJ 03-04-1992 PP-04292 EMENT VOL-01656-02 PP-00382 RTJ VOL-00140-02 PP-00636)

28. O primeiro questionamento indaga, se confirmada a afetação das hidrelétricas citadas, ficaria o Governo do Estado de São Paulo obrigado a ressarcir a CPFL Geração de Energia S.A. e a Companhia Energética Salto do Lobo pelas perdas de geração?

29. A construção de dois reservatórios para abastecimento de água pelo estado de São Paulo, constitui fato posterior e imprevisto, que foge à álea ordinária, importando em possibilidade de indenização aos outorgados quanto às perdas de geração.

30. Os outorgados não podem ser prejudicados por um ato da Administração estadual, estranho ao contrato de concessão e à autorização que afeta seu direito de explorar o potencial hidráulico para gerar energia e com isso auferir receita.

31. No caso ora em análise se restar demonstrado que a construção dos reservatórios para abastecimento de água pelo Estado de São Paulo venha a causar perda da geração de energia elétrica da UHE Macaco Branco ou da PCH Feixos, estas podem ser indenizadas pelos prejuízos devidamente demonstrados.

32. É preciso lembrar que, especialmente para a UHE Macaco Branco, a perda de geração vai impactar especialmente o consumidor do mercado cativo. Com efeito, o risco hidrológico da energia que se submete ao regime de cotas é da distribuidora, com direito de repasse ao consumidor final. Se a UHE Macaco não entrega a energia referente à cota que foi alocada à distribuidora não é a geradora que responde pela diferença. Assim, a perda de geração vai afetar especialmente o consumidor. Em situações normais que a geradora não consegue gerar a garantia física, em razão de indisponibilidade, a geradora sofre uma redução na sua Receita Anual, conforme definido na REN ANEEL 541/2013. Se, por outro lado, em razão de *performance* abaixo do esperado a usina for excluída do MRE, o art. 12 da referida Resolução diz que a exposição é arcada pelas distribuidoras cotistas, com direito de repasse ao consumidor final. Por isso, deve-se ter em mente que a geradora não será indenizada pela perda em si de geração. Ela pode ser indenizada pelos prejuízos que a eventual perda pode acarretar, que são limitados.

33. Entendo cabível a indenização à CPFL Geração de Energia S.A. e à Companhia Energética Salto do Lobo pelas perdas de geração, uma vez que estas detêm concessão e autorização para exploração do potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica por um período determinado, observada a peculiaridade acima destaca quanto à UHE Macaco Branco.

34. O segundo questionamento aborda a hipótese de a UHE Macaco Branco ser totalmente afogada. Neste caso, a SCG indaga se o Governo do Estado de São Paulo deveria indenizar a CPFL Geração de Energia S.A. pelos ativos a ela vinculados e as distribuidoras pelas respectivas cotas?

35. A UHE Macaco Branco foi objeto de prorrogação da concessão sob a vigência da Lei 12.783/2013.

36. A geração de energia elétrica da UHE Macaco Branco é realizada com função de utilidade pública prioritária, o que equivale a uma concessão de serviço público, mas com algumas peculiaridades descritas a seguir.

37. Toda garantia física de energia e potência da UHE será alocada integralmente em regime de cotas destinadas às distribuidoras do SIN, remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL. Esta receita é denominada Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela ANEEL, pela disponibilização da garantia física em regime de cotas, de energia e de potência da UHE, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeitas a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao PIS e ao PASEP, e com a COFINS.

38. A RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção e administração, remuneração e amortização da UHE, quando cabíveis, determinados pela ANEEL com base em parâmetros de eficiência, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de Conexão e Uso dos Sistemas de Transmissão ou de Distribuição de responsabilidade da concessionária.

39. Caso reste demonstrado que a construção da obra pelo estado de São Paulo ocasionou a inviabilidade de geração pelo UHE Macaco Branco, afogando-a totalmente, deve a concessionária, em tese, ser indenizada pelos prejuízos causados[BEFR(2)].

40. Neste ponto, importante fazer uma ressalva. Os ativos e investimentos que já foram amortizados ao longo da vigência da concessão não estão incluídos no direito de indenização da CPFL. A rigor, quem deveria ser indenizado pelos investimentos já amortizados é o Poder Concedente (União) a quem deveriam ser revertidos os bens já amortizados. Vale destacar que houve a prorrogação da concessão para exploração a UHE Macaco Branco, pelo prazo de 30 anos, cuja energia está sujeita ao regime de cotas, remunerado mediante o recebimento da RAG.

41. A prorrogação constitui ato validamente emitido pela Administração Pública Federal que concedeu ao concessionário a continuidade da exploração do potencial hidráulico para geração de energia elétrica para fins de serviço público, por um prazo de mais 30 anos, e que deve ser respeitado.

42. A implantação de reservatórios para abastecimento de água do estado de São Paulo, que podem vir a afetar o funcionamento do empreendimento hidrelétrico – UHE Macaco Branco constitui fato posterior e imprevisto.

43. Assim sendo, desde que devidamente demonstrado o fato administrativo, o dano e o nexo causal entre a conduta estatal e o prejuízo ocasionado, o concessionário pode ser indenizado pelos danos sofridos.

44. Quanto à indenização às distribuidoras em razão das cotas a elas destinadas, quando da prorrogação da UHE Macaco Branco, o art. 1º, inciso II, da lei 12.783/2013 estabeleceu a alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela Aneel, conforme regulamento do poder concedente.

45. Percebe-se que existe a obrigatoriedade de as usinas prorrogadas sob a vigência da Lei 12.783/2013 destinarem a energia produzidas à alocação de cotas de garantia física e de potência às distribuidoras. Se a construção dos reservatórios para o abastecimento de água pelo Estado de São Paulo inviabilizar a operação da UHE Macaco Branco, e esta não puder fornecer as cotas às distribuidoras, caso isso venha a causar prejuízo às mesmas, seria possível, em tese, a indenização. Entretanto, há que se fazer uma ressalva. Caso o prejuízo sofrido pela distribuidora tenha, de algum modo, sido absorvido pela tarifa dos usuários finais do serviço de distribuição, a indenização recebida deve ser revertida à modicidade tarifária. Apenas os prejuízos comprovadamente não repassados para a tarifa do consumidor final é que devem ser indenizados sem a referida reversão. [BBFR(3)] De qualquer modo, este item deve ser cuidadosamente avaliado quando da ocorrência em concreto, a fim de verificar a efetiva ocorrência do prejuízo às distribuidoras, haja vista as peculiaridades do sistema de cotas.

46. Por último, quanto à PCH Feixos, a SCG questiona se, por se tratar de um PIE, caso seja totalmente afogada, qual seria a responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo relativamente à companhia Energética Salto do Lobo?

47. Relativamente à PCH Feixos, ainda que se esteja diante de uma autorização para exploração do potencial hidráulico e não de uma concessão de serviço público, mesmo neste caso, entendendo que deve ser respeitado o direito conferido ao particular para explorar a PCH Feixos.

48. Embora o ato de outorga seja uma autorização, as autorizações emitidas pela ANEEL para implantação de empreendimentos hidrelétricos, como no presente caso, uma PCH, não são precárias, visto que contemplam um prazo determinado, assim como obrigações recíprocas, e que se retomadas antes do prazo ensejam o pagamento de indenização correspondente.

49. A natureza do ato autorizativo de exploração de empreendimentos de geração pelo produtor independente de energia, já foi enfrentado por esta Procuradoria, destacando que não se trata de ato precário, conforme consta do Parecer n. 266/2008-PF/ANEEL:

[...]

II.2) Fundamento legal. Autorização

18. Antes de adentrar no pleito formulado pela empresa Amapari Energia S.A., cumpre tecer alguns breves comentários.

19. A doutrina clássica conceitua autorização como ato administrativo unilateral, discricionário e revestido de precariedade. É este conceito que reputo deva ser repensado, nos termos que ora propõe.

20. Em outras ocasiões, esta Procuradoria Federal já manifestou pela necessidade de não buscar enquadramentos automáticos quando se está diante "do novo". O intérprete deve ser sensível às constantes mudanças sociais, atento às alterações paradigmáticas, ou seja, aberto ao novo. Trata-se do que Luis Alberto Warat nomina de "a sabedoria do não prever. É a sabedoria do novo. É a hora de pensar o novo. (...) É a hora de desistir dos preconceitos e das verdades"[1].

21. Hannah Arendt, na mesma linha argumentativa, aduz que "a convicção de que tudo o que acontece no mundo deve ser compreensível pode levar-nos a interpretar a história por meio de lugares-comuns[2]". É a preocupação desta Procuradoria Federal é não interpretar a regência legal sobre o setor elétrico com os olhos voltados para o passado, abraçando-se a verdades estabelecidas e interpretando os fatos por meio de lugares-comuns.

22. Como dito anteriormente, parte da doutrina pátria defende que o conceito de autorização como ato unilateral, discricionário e precário. José dos Santos Carvalho Filho aduz que:

A autorização é ato administrativo discricionário e precário pelo qual a Administração consente que o indivíduo desempenhe atividade de seu exclusivo ou predominante interesse, não se caracterizando a atividade como serviço público.

23. A posição do citado doutrinador é comungada por boa parte dos administrativistas, o que não impede que o conceito seja repensado. O primeiro item que entendo deva ser revisitado é a precariedade:

24. Partindo das premissas acima referenciadas e diante da *praxis* desta Agência, cumpre questionar, por exemplo, se uma Resolução que autoriza determinada empresa a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração de determinado potencial consubstancia um ato precário?

25. Ao que parece, nada há de precariedade em autorizações

que tratam de produção independente, expedidas com prazo pré-determinado (de trinta anos) e que consubstanciam uma modalidade de exploração que necessita de dispêndio de uma quantidade vultosa de dinheiro. Nesse sentido, acredito que a máxima de que a autorização é um ato tipicamente precário parece não se amoldar a certos atos praticados amiúde nesta Agência.

26. O outro elemento que concebo merecer uma reflexão é a discricionariedade. Segundo Medauar:

A doutrina contemporânea vem afirmando que, no geral, no cotidiano das atividades administrativas, são poucas as situações de vinculação pura e de discricionariedade pura, daí ser insustentável a oposição rígida entre poder vinculado e poder discricionário. Melhor parece levar em conta o aspecto predominante no exercício do poder, mencionando-se decisão ou medida em que predomina o poder vinculado ou o poder discricionário[3].

27. Ainda no escólio de Medauar:

"Permanece, no entanto, certa margem livre de apreciação da conveniência e oportunidade de soluções legalmente possíveis. Daí a atividade discricionária caracterizar-se, em essência, por um poder de escolha entre soluções diversas, todas igualmente válidas para o ordenamento[4]"

50. O posicionamento desta Procuradoria exposto em diversas manifestações[4] de que o produtor independente de energia não tem direito ao reequilíbrio econômico financeiro e que sua atividade se desenvolve por sua conta e risco, não é contrária ao exposto neste parecer.

51. O que se está a afirmar é que para as situações corriqueiras, oriundas do risco do negócio, realmente não faz jus o PIE ao reequilíbrio econômico financeiro, vez que não aufera tarifa. Contudo, a situação ora examinada trata de um fato posterior, excepcional e imprevisto, de terceiro (estado de São Paulo), que pretende construir reservatórios de abastecimento de água para a região da cidade de São Paulo e outras, que pode vir a afetar parcial ou totalmente a geração de energia pela PCH Feixos.

52. Neste caso, em virtude da situação completamente excepcional e inevitável por parte do empreendedor, há sim, possibilidade de o mesmo ser indenizado caso venha a experimentar prejuízo, desde que demonstrado o nexo causal entre a atividade estatal e dano eventualmente sofrido, tanto quanto aquilo que efetivamente perdeu como quanto ao que deixará de ganhar.

53. Portanto, tendo em vista que foi conferida uma autorização para a exploração da PCH Feixos[5] à Companhia Energética Salto do Lobo Ltda. como produtor independente de energia e que esta tem validade pelo prazo de 30 anos, entendendo que se houver o afogamento desta PCH pela obra de abastecimento de água do estado de São Paulo, devidamente

comprovado o nexo causal, há direito à indenização.

54. Uma última observação. A SCG informou que tanto o rio Jaguari quanto o rio Camanducaia são de domínio federal, cabendo, à ANA, nos termos do inciso IV do Art. 4º da Lei n. 9.984/2000, a competência pela outorga dos recursos hídricos.

55. Ao ser consultada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE acerca dos pedidos de outorga preventiva para implantação das barragens Pedreira (rio Jaguari, coordenadas 22º 46' 05" sul e 46º 54' 06" oeste) e Duas Pontes (rio Camanducaia, coordenadas 22º 40' 52" sul e 46º 52' 17" oeste), a ANA, em resposta, emitiu o Ofício n. 824/2016-SBR-ANA, por meio do qual aquela autarquia informou que a implantação das barragens afetará, além de outros usos em análise, alguns aproveitamentos hidrelétricos, quais sejam, - UHE Macaco Branco e a PCH Feixos.

56. Dessa forma, a ANA solicitou ao DABE, articulação com a ANEEL e concessionários/autorizados a serem afetados, a fim de apresentar solução de alternativa ou de compensação em relação aos aproveitamentos hidrelétricos a serem afetados, nos termos da Resolução CNRH nº 37[6], bem como posterior informação à ANA sobre as soluções encontradas, que serão consideradas como condicionantes para a conversão das outorgas preventivas das barragens em outorgas de direito de uso de recursos hídricos.

57. A manifestação da ANA, constante do Ofício n. 824/2016-SBR-ANA, reforça o entendimento da PF/ANEEL, referente à necessidade de se respeitar os atos de outorga já emitidos para exploração dos empreendimentos hidrelétricos, assim como a possibilidade de indenização do concessionário e do autorizado, desde que devidamente comprovados o nexo causal entre a implantação das barragens para fins de abastecimento de água pelo estado de São Paulo e os prejuízos sofridos pelos afetados pela construção deste empreendimento estadual.

III – CONCLUSÃO

58. Do exposto, entende esta Procuradoria Federal, que desde que devidamente demonstrados o fato administrativo, o dano e o nexo causal entre eles:

a) cabível a indenização à CPFL Geração de Energia S.A. e a Companhia Energética Salto do Lobo pelos prejuízos decorrentes das perdas de geração devidamente comprovados, uma vez que estas detêm concessão e autorização para exploração do potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica por um período determinado;

b) caso reste demonstrado que a construção da obra pelo estado de São Paulo ocasionou a inviabilidade de geração pelo UHE Macaco Branco, afogando-a totalmente, deve a concessionária, em tese, ser indenizada pelos prejuízos causados;

c) possível a indenização das distribuidoras, se houver prejuízo não repassado para a tarifa dos usuários do sistema de distribuição, pelas cotas da UHE Macaco Branco, em caso de não entrega, em virtude do afogamento pela construção dos reservatórios para abastecimento de água pelo estado de São Paulo; Caso os prejuízos tenham sido absorvidos

pelas tarifas pagas pelo usuário final do serviço de distribuição, a indenização deve ser revertida para a modicidade tarifária;

d) se houver o afogamento total da PCH Feixos pela obra de abastecimento de água do estado de São Paulo, devidamente comprovado o nexo causal, há direito à indenização, tanto quanto ao que a Companhia Energética Salto do Lobo perder, quanto ao que deixar de auferir.

59. É o Parecer.

Brasília, 03 de junho de 2016.

MICHELE FRANCO ROSA
Procuradora Federal

[1] Art. 37 [...]

6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

[2] CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 560;

[3] CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 561.

[1] Warat, Luis Alberto, A ciência jurídica e seus dois maridos, EDUNISC, 2000, fls. 150.

[2] Arendt, Hannah; Origens do Totalitarismo; São Paulo; Companhia das Letras; 1997; fls.12.

[3] Medauar, Odete. Direito Administrativo Moderno. 11. ed. ver. e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, fls. 109.

[4] Medauar, Odete. Direito Administrativo Moderno. 11. ed. ver. e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, fls. 109

[4] Parecer n. 138/2016-PFANEEL/PGF/AGU, Parecer n. 236/2016-PFANEEL/PGF/AGU.

[5] Resolução Autorizativa ANEEL n. 2.323/2010.

[6] [...]

7. Assim, considerando a importância das barragens ora em análise para o aumento da garantia de atendimento aos usos múltiplos da região, inclusive abastecimento humano, solicitamos desse DAEE, em articulação com a ANEEL e concessionários /

autorizados, apresentar solução de alternativa ou de compensação em relação aos aproveitamentos hidrelétricos a serem afetados, nos termos da Resolução CNRH nº 37.

8. Solicito ainda informar à ANA quanto às soluções que vierem a ser acordadas. A efetivação das soluções acordadas deverá constar como condicionante para a conversão das outorgas preventivas das barragens em outorgas de direito de uso de recursos hídricos. A ANA fica à disposição para acompanhar as tratativas.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 48524005502201610 e da chave de acesso 07102cf4.

Documento assinado eletronicamente por MICHELE FRANCO ROSA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 8137368 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MICHELE FRANCO ROSA. Data e Hora: 03-06-2016 16:31. Número de Série: 66711628011306454129202660409680933430. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final v3.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA
ELÉTRICA
GABINETE - SUBPROCURADOR-GERAL
SGAN, QUADRA 603 / MÓDULOS "I" E "J" CEP 70830-110, BRASÍLIA/DF BRASIL -
TELEFONE (61) 2192-8614 FAX: (61) 2192-8149 E-MAIL:
PROCURADORIAFEDERAL@ANEEL.GOV.BR

DESPACHO n. 00179/2016/PFANEEL/PGE/AGU

NUP: 48524.005502/2016-10

INTERESSADOS: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

ASSUNTOS: ENERGIA ELÉTRICA

Aprovo o **PARECER n. 00277/2016/PFANEEL/PGE/AGU**. Encaminhe-se à
SCG.

Brasília, 03 de junho de 2016.

EDUARDO ESTEVÃO FERREIRA RAMALHO
PROCURADOR FEDERAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em
<http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP)
48524005502201610 e da chave de acesso 07102cf4.

Documento assinado eletronicamente por EDUARDO ESTEVAO FERREIRA RAMALHO,
de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento
está disponível com o código 8143729 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>.
Informações adicionais: Signatário (a): EDUARDO ESTEVAO FERREIRA RAMALHO.
Data e Hora: 03-06-2016 19:36. Número de Série: 1216873. Emissor: Autoridade Certificadora
do SERPRO Final v4.
